

Cresce pressão por CPI dos Cartões só com senadores

■ Garibaldi promete ler requerimento da oposição que cria investigação exclusiva no Senado

■ CPI mista ouve ministros do Esporte, da Pesca, da Segurança Institucional e dois ex-ministros

■ Origem de suposto dossiê e sua divulgação à imprensa acirram disputa sobre rumos da comissão

PÁGINA 3

Senadores pedem mais debate sobre temas nacionais

Cristovam Buarque pede que Senado pense no futuro do Brasil. Aloizio Mercadante propõe uma pauta construtiva. E Mão Santa defende a criação de um gabinete da crise.

PÁGINA 12

cidadania

Os cuidados para contratar uma empresa de vigilância

O crescimento da violência fez aumentar no país o número de empresas de vigilância. Mas é preciso cuidado na contratação, para evitar profissionais clandestinos que atuam na área.

PÁGINA 16



Sangue coletado em hospital para diagnosticar a dengue: doença já causou este ano 67 mortes no estado do Rio de Janeiro

Epidemia de dengue no Rio mobiliza bancada

PÁGINAS 6 E 7

e mais...

AGENDA

Página 2

AGORA É LEI

PERGUNTE AO SENADOR

FOTO DA SEMANA

FRASES

VOZ DO LEITOR

Página 13

Poucos produtores usam ajuda para seguro rural



O subsídio do governo que pode reduzir em até 60% o custo de seguro para o produtor rural tem sido pouco procurado. Cerca de R\$ 70 milhões deixaram de ser usados desde 2006, quando foi criado. Para o senador Neuto de Conto (foto), alto custo afasta produtor, que prefere assumir o risco.

PÁGINA 10

TSE restringe campanha eleitoral pela internet

Criticada por políticos e “blogueiros”, medida do Tribunal Superior Eleitoral proíbe o uso de blogs e sites de relacionamento na

internet para divulgação de candidaturas nas eleições municipais. Outra inovação será a identificação do eleitor por impressão digital.

PÁGINAS 8 E 9

Senadores debatem violência contra mulher

PÁGINA 11

INVESTIGAÇÕES Poucos requerimentos são aprovados na CPI mista e nova investigação pode ser anunciada na terça

Oposição quer outra CPI, só do Senado

A leitura do requerimento, apresentado em 19 de fevereiro, de criação de uma CPI para investigar os cartões corporativos composta apenas por senadores foi adiada pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, para esta terça-feira. Antes, porém, ele vai buscar acordo com os líderes. Com a nova comissão, a oposição quer garantir as investigações, já que a CPI mista rejeitou requerimentos de partidos de oposição para convocação de autoridades ou de acesso a informações (veja abaixo).

Na sexta-feira, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), reforçou a necessidade de criação da nova CPI a partir da informações da *Folha de S. Paulo* de que o suposto dossiê com dados de gastos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e membros de seu governo teria sido produzido em computador da Casa Civil da Presidência. A titular da pasta,

ministra Dilma Rousseff, nega a existência de um dossiê, e reconhece apenas haver um banco de dados com todos os gastos feitos com cartão corporativo. Virgílio anunciou que nesta semana re-

presentará contra a ministra no Ministério Público por crime de responsabilidade, já que ela não enviou a ele dados solicitados desde o ano passado.

A suposta participação do sena-

dor Alvaro Dias (PSDB-PR) no vazamento de dados sigilosos à imprensa, acusação veiculada pelo *blog* do jornalista Ricardo Noblat, deverá continuar em discussão na comissão (veja abaixo).

Enquanto a CPI ouve nesta semana autoridades dos governos atual e anterior, o Senado vive a expectativa do depoimento de Dilma Rousseff na Comissão de Infra-Estrutura (veja nesta página).



Líder do governo, Romero Jucá (E), é observado pelos líderes do DEM, Agripino, e do PSDB, Virgílio (D): semana de disputas e depoimentos

Governistas cobram explicações de Alvaro sobre divulgação de dados

Senadores da base de apoio ao governo condenaram o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) por ter admitido que teve acesso e por ter repassado à imprensa dossiê com gastos do ex-presidente FHC com cartão corporativo.

Ideli Salvatti (PT-SC) entende que o senador deveria apontar quem colocou os dados em circulação. Para Wellington Salgado (PMDB-MG), quem divulgou o documento não é da base do governo. Já Paulo Paim (PT-RS) observa que, "se existe um espião, deve estar ligado à oposição", e o fato tem que ser esclarecido.



Governistas pediram a Alvaro Dias para apontar quem teria entregue dados

Senador condena uso da máquina pública para produzir dossiês

Ao ser questionado sobre a divulgação do dossiê sobre gastos com cartões de crédito corporativos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que o governo Lula é que deve apontar a pessoa que o produziu no Palácio do Planalto.

Alvaro disse que viu o dossiê, como outros parlamentares. Mas o que importa para ele é saber se é lícito usar a máquina pública para elaborar dossiês para intimidar adversários políticos e "insinuar que todos estão no

mesmo balaio da indecência".

– O que cabe agora ao governo é apresentar o responsável.

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) leu carta do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira em que nega ter sido o responsável pela entrega do dossiê a Alvaro Dias.

Senadores da oposição consideram que a acusação contra Alvaro Dias pretende inverter os fatos e tirar o foco da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff.

Comissão convoca Dilma Rousseff para tratar do PAC

A Comissão de Infra-Estrutura aprovou requerimento de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) convocando a ministra Dilma Rousseff para falar sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Um aditamento foi incluído para que o encontro tratasse também de cartão corporativo.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), protestou contra a possibilidade, já que a CI não teria essa atribuição. O aditamento foi, então, retirado, mas o presidente da comissão, Marconi Perillo (PSDB-GO), deixou em aberta a possibilidade de o assunto ser debatido.

Oposição pede apuração do Ministério Público

O PSDB e o DEM encaminharam à Procuradoria Geral da República representação contra a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, e sua secretária-executiva Erenice Alves Guerra. A oposição as responsabiliza pela elaboração do dossiê com gastos do governo anterior. A representação as acusa de crimes de responsabilidade, de quebra de sigilo e de ameaça.

De 30 requerimentos, só um foi aprovado na CPI dos Cartões

A CPI dos Cartões rejeitou 29 requerimentos de convocação para que funcionários públicos fossem ouvidos sobre o uso de cartões corporativos. Apenas um requerimento foi aprovado, para convocar o diretor do Banco do Brasil Alexandre Correa Abreu.

Foram rejeitadas pelos parlamentares as convocações das servidoras Maria de La Soledad Bajo Catrillo e Erenice Alves Guerra, assessoras diretas da ministra Dilma Rousseff, e de outros seis funcionários da Presidência da República. Sem apoio dos governistas, foi der-

rubada também a convocação do presidente do Banco do Brasil, Antônio Francisco de Lima Neto.

Em reunião anterior, a CPI já havia rejeitado três requerimentos para abertura do sigilo de gastos feitos por funcionários da Presidência com os cartões. Um dos requerimentos pedia ao Tribunal de Contas da União (TCU) cópias dos processos sigilosos de auditorias feitas em gastos da Presidência. A presidente da CPI, Marisa Serrano (PSDB-MS), ainda busca outra forma de acesso aos processos do TCU.

Três ministros e dois ex-ministros prestam depoimentos nesta semana

A CPI Mista dos Cartões Corporativos deve ouvir nesta semana os ministros do Esporte, Orlando Silva, da Secretaria de Aquicultura e Pesca, Altemir Gregolin; e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, general Jorge Armando Félix; a ex-ministra da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro; e o ex-ministro da Segurança Institucional Alberto Cardoso. Também será ouvido o diretor da Agência Brasileira de Informação (Abin), Paulo Lacerda.

Na semana passada, a CPI recebeu 72 caixas de documentos dos ministérios do Planejamento e

Gestão e da Previdência Social com prestações de contas de suprimentos de fundos e de saques de contas tipo B nos últimos 10 anos.

– Aqueles que quiserem fiscalizar os dados que não são sigilosos terão muito trabalho pela frente. Vamos pensar em uma metodologia para que todo o material seja investigado. Os responsáveis serão notificados a devolver o que tiverem desviado – disse o relator, deputado Luiz Sérgio (PT-RJ).

À presidente da CPI, Marisa Serrano, o presidente do TCU, Walton Rodrigues, disse que estudará uma forma de repassar os relatórios sobre o uso dos cartões.

CPI DAS ONGS

Inácio Arruda apresenta proposta de regulamentação para contratos com ONGs

Anteprojeto estabelecendo um marco legal para a atuação das organizações não-governamentais (ONGs) foi apresentado pelo relator da CPI das ONGs, senador Inácio Arruda (PCdoB-CE). O documento está disponível para consulta na página da comissão no *site* do Senado na internet.

Entre as inovações, o anteprojeto determina que os repasses de

verbas públicas ocorram depois de concurso de projetos de ONGs, e não mais de forma facultativa. Também fica vedado convênio com entidade que tenha menos de quatro anos de funcionamento. Para firmar convênios, as ONGs serão ainda obrigadas a apresentar registro do estatuto em cartório e experiência na área técnica específica.

CPI solicita ao Coaf movimentações feitas por Lorenzetti

A pedido do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), a CPI das ONGs vai solicitar ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) dados sobre movimentações consideradas atípicas do ex-dirigente da Unitrabalho Jorge Lorenzetti, no período de 1999 a 2006.

Em depoimento à comissão, Lorenzetti negou qualquer intermediação junto ao governo

para obter recursos federais para a Unitrabalho. Também negou participação na elaboração de projetos em comum com o Palácio do Planalto, no período em que dirigiu a entidade.

Também a pedido de Alvaro Dias, o Coaf enviará à CPI dados sobre movimentações financeiras da Fundação Consciência, que teria recebido recursos da Fundação Banco do Brasil.

Foram aprovados ainda quatro requerimentos de Sibá Machado (PT-AC) para investigar três contratos da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec). Outro pede à Polícia Federal cópias dos documentos apreendidos na Operação Rodin, em que foram descobertos contratos sem licitação intermediados por fundações ligadas à Universidade Federal de Santa Maria (RS).

COMISSÕES

Economista pode ter nova regulamentação

Uma proposta para redefinir o exercício da profissão de economista (PLS 658/07), do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), pode entrar em conflito com as regras que regulam outras profissões, como a de contabilista, além de despertar questionamentos quanto à sua constitucionalidade, concluíram senadores e representantes de economistas e contabilistas durante debate na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Para Enory Luiz Espinelli, do Conselho Federal de Contabilidade, o projeto inclui itens que podem conflitar com o exercício de outras profissões. Mas o presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon), Pedro Calmon Santana, acredita que tais itens poderão ser retirados durante a discussão da proposta. Já o presidente da Ordem dos Economistas do Brasil (OEB), Francisco da Silva Coelho, classificou o projeto de “moderno” e disse acreditar que atividades



Debatedores na CAS, com a senadora Patricia Saboya: economistas e contabilistas temem conflitos entre as profissões

como a perícia e a auditoria não podem ser associadas apenas a uma categoria profissional, no caso a contabilidade.

A audiência pública, realizada na última quarta-feira, foi proposta por Flávio Arns (PT-PR) e Expedito Júnior (PR-RO), relator do projeto, para quem, com um substitutivo, “é pos-

sível defender a tese de que o Conselho Federal de Economia é, na realidade, uma autarquia especial e, assim, afastar o vício de iniciativa”.

O relator também admitiu a existência de pontos polêmicos, como o que torna privativas dos economistas várias atribuições inerentes a outras profissões.

CE decide criar Prêmio em Economia Celso Furtado

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que preside a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), assumiu a relatoria de projeto da Câmara que institui o Prêmio Nacional Destaque em Economia e Desenvolvimento Celso Furtado e teve seu voto favorável aprovado pela comissão. O objetivo é estimular a produção e a divulgação de trabalhos que analisem e orientem a tomada de decisões políticas relativas

a aspectos do desenvolvimento econômico e social brasileiro.

Marco Maciel (DEM-PE), convidado por Cristovam para presidir a reunião da CE, elogiou a iniciativa, afirmando que o economista Celso Furtado (1920-2004) merece a homenagem por sua contribuição ao desenvolvimento do Brasil. Já a senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) observou que o projeto servirá para perpetuar a memória “de

um homem que muito contribuiu para o desenvolvimento social e econômico do país”.

O prêmio será concedido anualmente a economistas brasileiros pelo órgão do Poder Executivo encarregado do planejamento para o desenvolvimento do país. Uma comissão com representantes de universidades públicas brasileiras, de ministérios da área econômica e economistas de notório saber fará a eleição.

Regras para as fundações devem mudar

A legislação relativa às fundações de apoio às universidades públicas deve ser modificada pelas comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Educação, Cultura e Esporte (CE). A sugestão é do senador Flávio Arns (PT-PR), que propôs correção de falhas e equívocos na legislação.

Arns participou de audiência pública na CCT em que foram ouvidos os presidentes do conselho superior e do conselho fiscal da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec) da Universidade de Brasília

(UnB), respectivamente, Antônio Manoel Dias Henriques e Nelson Martin. Eles estão afastados dos cargos por determinação da Justiça do DF, até que sejam esclarecidas denúncias de uso irregular de recursos da Finatec.

Os dois dirigentes prestaram esclarecimentos sobre as denúncias de uso irregular de recursos da Finatec destinados a pesquisa científica e tecnológica, incluindo as relativas aos gastos de R\$ 470 mil para mobiliar luxuosamente o apartamento funcional usado pelo reitor da UnB.

Os senadores entenderam que há muitas falhas “éticas e morais”

no relacionamento das fundações de apoio com as universidades, mas admitiram que não há desvios legais nas atividades prestadas por essas instituições, com base na legislação em vigor.

– Essa contribuição das duas comissões, de fato, poderá representar um impacto importante no trabalho de tornar mais transparentes as atividades das fundações de apoio e, assim, evitar problemas futuros – defendeu Flávio Arns.

Para Romeu Tuma (PTB-SP), que requereu a audiência, a revisão será importante também para dar mais “responsabilidade e tranquilidade aos administradores dessas fundações”. Segundo Flexa Ribeiro (PSDB-PA), as mudanças poderão legalizar a situação dos professores universitários que prestam serviços às fundações de apoio. Pela legislação, esses acadêmicos, que têm contrato de dedicação exclusiva às universidades, não podem receber outro tipo de remuneração.

O presidente da CCT, senador Wellington Salgado (PMDB-MG), observou que os professores universitários, apesar de, em sua maioria, terem doutorado, são mal remunerados.



Wellington Salgado (E), presidente da CCT, conversa com Nelson Marin, presidente afastado do conselho fiscal da Finatec

DECISÕES

Aprovadas normas para empresas de factoring

As empresas de fomento mercantil – conhecidas como *factorings* – podem ter sua atuação regulamentada segundo projeto da Câmara (PLC 13/07) aprovado na quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A proposta diferencia empresas de *factoring* dos bancos, vedando às primeiras a captação de recursos e a oferta de empréstimos, e prevê penalidades para desvios ou sonegação fiscal por meio da atividade. O projeto recebeu voto favorável da relatora, Serys Slhessarenko (PT-MT), e segue para exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A compra de créditos gerados por vendas a prazo é uma das operações de *factoring* mais conhecidas, permitindo a uma loja que recebe cheques pré-datados, por exemplo, obter de imediato créditos que só entrariam no futuro. No entanto, explica Serys, a falta de legislação abre espaço para o desvirtuamento da

atividade, estando ilegal uma empresa de fomento mercantil que oferecer empréstimos a juros sem estar devidamente regulamentada pelo Banco Central.

A senadora, que assumiu a relatoria do projeto após a saída de Romeu Tuma (PTB-SP) da CCJ, disse que manteve a argumentação construída pelo primeiro relator.

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) também apontou desvios na atuação de empresas de *factoring* no país, fruto, na sua visão, da falta de legislação específica sobre o assunto. Ele ressaltou que, “apesar de reconhecida e operada no mundo inteiro”, a prática de *factoring* no Brasil tem assumido “conotações perigosas”.

– Hoje existe um vazio de regulamentação e fiscalização, levando a desvirtuamentos como a agiotagem – observou. Demostenes Torres (DEM-GO) considerou que, para impedir fraudes, é urgente a regulamentação dessas empresas.

Ensino profissionalizante ganha incentivo fiscal

As empresas tributadas com base no lucro real podem passar a deduzir, do Imposto de Renda devido, despesas com ensino profissional de nível técnico em escolas públicas. De acordo com projeto (PLS 63/07) do senador Expedito Júnior (PR-RO) aprovado pela Comissão de Educação, a dedução é limitada a 5% do valor do imposto devido e as empresas não poderão deduzir essas despesas para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo

da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Para a relatora, senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), “essa modalidade de ensino é considerada estratégica em todas as nações que se pretendem inseridas na economia globalizada e é pautada pela mudança constante nas tecnologias de produção de bens e serviços”. A proposta agora será votada em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Unger debaterá mercado informal na CDH

O ministro do Núcleo de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, será convidado a participar de debate na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) sobre mercado informal no Brasil, participação dos salários na renda nacional e a nova estrutura sindical do país. A iniciativa foi do senador Paulo Paim (PT-RS). José Nery (PSOL-PA) mencionou “verdadeiras batalhas campais”, como a retirada de feirantes, mas observou que tais atividades, se ocupam espaços de circulação nas cidades, também garantem o sustento de muitas famílias. A comissão também decidiu realizar, em 6 de maio, um debate sobre problemas enfrentados pelo fundo Portus, de previdência complementar da Petrobras.

Situação dos portos na agenda de reuniões da CI

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) pretende convidar representantes do setor de energia, do Ministério Público e do empresariado para tratar de licenciamento e matriz energética. Em outra decisão, a CI vai pedir informações sobre a situação do porto de Luís Corrêa, no Piauí, ao governador Wellington Dias e ao ministro da Secretaria Especial de Portos, Pedro Brito. Representantes dos ministérios da Integração Nacional e dos Transportes, da Casa Civil, da Secretaria dos Portos, da Sudene e da Companhia Ferroviária do Nordeste debaterão o atual estágio de construção da Ferrovia Transnordestina. Outra audiência pública discutirá projetos que tratam de movimentação e armazenagem de mercadorias importadas e de legislação aduaneira.

COMISSÕES



J. FREITAS

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária criou um grupo de trabalho para estudar a demanda dos moradores de Tapauá

Moradores pedem reclassificação de reserva

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) criou um grupo de trabalho para estudar a demanda de moradores de Tapauá (AM) de transformação da Reserva Biológica de Abufari em área extrativista. Em audiência na quinta-feira passada, representantes da comunidade defenderam a mudança como saída para a sobrevivência de quase 1.600 pessoas.

Os senadores vão ouvir representantes de órgãos públicos, autoridades e entidades locais para, em 50 dias, apresentar alternativas. Desde a criação da reserva, em 1982, a caça, a pesca e a coleta foram proibidas. Escolas e unidades de saúde não podem ser construídas na área de preservação integral.

O parque é atravessado pelo rio Purus, um dos maiores afluentes

do Amazonas. Para os moradores, a reserva foi criada sem que se levasse em conta o fato de 400 famílias habitarem o local à época. Ninguém recebeu indenização ou proposta de remanejamento.

– Somos prisioneiros. Nem podemos usufruir dos bens da natureza nem temos como sobreviver de outro modo – disse Francisco Laurentino, descendente de um seringueiro que chegou ao local no início do século passado.

O prefeito de Tapauá, Almino Albuquerque, defende a reclassificação da reserva em área extrativista, assim como o senador João Pedro (PT-AM), que vai pedir que membros da CRA visitem a região. Ele deve apresentar projeto de lei para que seja mudada a classificação da área.

Comissões avaliam medidas contra o desmatamento

A crise ambiental na Amazônia será tema de audiência pública conjunta das comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Entre os assuntos a serem abordados estão o recadastramento fundiário obrigatório de todos os imóveis rurais situados nos municípios que mais desmatam, a aquisição de terras por estrangeiros e resolução do Conselho Monetário Nacional que estabelece condições para a concessão de crédito destinado a empreendimentos rurais na região.

A iniciativa foi do senador Sibá Machado (PT-AC), que sugeriu a participação, entre outros, da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

Meio Ambiente tem duas novas subcomissões

Uma subcomissão específica criada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) também irá monitorar a crise ambiental na Amazônia. Outra subcomissão, também temporária, deverá acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas e do Fórum Mundial da Água. Sibá Machado (PT-AC) foi eleito presidente da subcomissão que acompanhará os fóruns. Os senadores deverão acompanhar a situação das bacias hidrográficas do país, dos aquíferos e das microbacias urbanas.

Eleito presidente da Subcomissão da Amazônia, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) pretende que seja realizado um trabalho voltado à elaboração de um plano de manejo florestal.

ACORDO - O deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS) foi eleito para presidir a Comissão Mista de Orçamento (CMO). A 3ª vice-presidência será ocupada pelo senador Gim Argello (PTB-DF). A 1ª e a 2ª serão escolhidas pela minoria no Senado e na Câmara, respectivamente. Durante a reunião, o líder do DEM, deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (BA), reivindicou o direito de o partido indicar o relator da CMO. Mendes Ribeiro Filho pretende utilizar o prazo regimental de cinco dias para anunciar sua escolha.

ELEITO - O senador Adelmir Santana (DEM-DF) foi eleito por unanimidade para a vice-presidência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) em substituição ao senador Jonas Pinheiro, que morreu em fevereiro. Sibá Machado (PT-AC), Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN) elogiaram a escolha. Ao agradecer a sua eleição, Adelmir, que é vice-presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC), destacou a importância do turismo para o desenvolvimento regional.

Senadores pedem libertação de Ingrid

Em apelo às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) pede que libertem “o mais breve possível” a ex-senadora Ingrid Betancourt, sequestrada há seis anos e que se encontra em precárias condições de saúde.

O apelo está contido em voto de solidariedade à mãe de Ingrid, Yolanda Pulecio, apresentado por Eduardo Suplicy (PT-SP), para quem a libertação da ex-senadora e ex-candidata à Presidência da República da Colômbia poderá

contribuir para o sucesso de um acordo humanitário proposto pelo governo colombiano para a troca de reféns por rebeldes presos.

A comissão também aprovou proposta de José Nery (PSOL-PA) sobre audiência pública com integrantes da Comissão de Paz da Câmara de Representantes do Poder Legislativo colombiano e o embaixador da Colômbia no Brasil, Tony Jozame Amar.

A audiência seria destinada à “troca de informações acerca do esforço humanitário que visa à libertação dos reféns das

Farc, bem como presos que se encontram nos cárceres colombianos”.

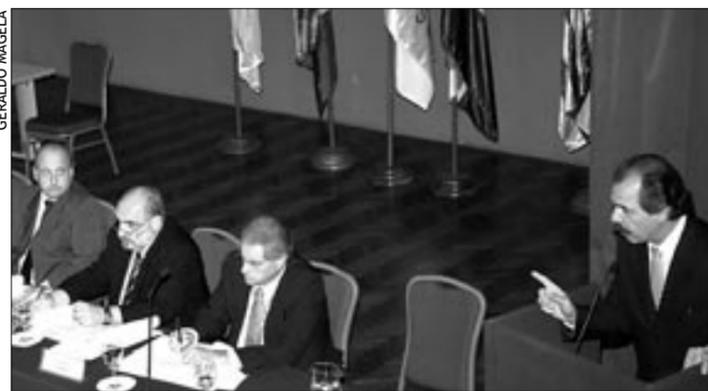
O pedido de José Nery foi acatado depois que o senador concordou em retirar do texto inicial a expressão “presos políticos” e trocá-la por “presos”, simplesmente.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Eduardo Suplicy ponderaram que, ao mencionar a expressão “presos políticos”, a comissão estaria tomando partido no conflito entre as Farc e o governo colombiano.

Parlamento apóia solução para crise

O Parlamento do Mercosul aprovou na última segunda-feira projeto de declaração de apoio a uma saída pacífica para a crise entre Equador e Colômbia. O texto, apresentado pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP) na 8ª sessão plenária do Parlamento, em Montevideu, pede que a América do Sul continue sendo uma região em que “predominem a cooperação e a solução negociada dos conflitos, com vistas a sua integração nos marcos de democracias prósperas, estáveis e socialmente justas”.

Para Mercadante, foi um “precedente jurídico poderoso” a condenação do Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA) à violação do território do Equador por forças militares colombianas, que ingressaram no país vizinho para atacar um acampamento das Forças Armadas Revolucionárias



Em Montevideu, Mercadante (D) cobra manifestações mais rápidas do Parlamento às questões relacionadas à América do Sul

da Colômbia (Farc).

O ataque da Colômbia aos guerrilheiros colombianos que se encontravam em território do Equador foi “extremamente grave”, e o Parlamento do Mercosul deveria ter sido imediatamente convocado para discutir o tema, sem delegá-lo ao Grupo do Rio

e à própria OEA, na opinião de Mercadante.

Presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) propôs o estabelecimento de um calendário próprio para as comissões temáticas do órgão regional.

Aprovadas indicações de cinco embaixadores

Os nomes de cinco indicados pela Presidência da República para o cargo de embaixador foram aprovados pelo Plenário na última terça-feira: Maria Auxiliadora Figueiredo será, cumulativamente, embaixadora na Costa do Marfim, na Libéria e em Serra Leoa; Carlos Alberto Simas Magalhães será o titular da Embaixada do Brasil na Polônia; Débora Vainer Baremboim comandará a Embaixada do Brasil na Eslovênia; Virgílio Moretz-

sohn de Andrade ocupará o cargo de embaixador em Marrocos; e Luiz Felipe Mendonça Filho será nomeado para a Embaixada do Brasil em El Salvador.

Na quinta-feira, foram acatados na Comissão de Relações Exteriores (CRE) os nomes do futuro embaixador junto aos Emirados Árabes Unidos, Raul Campos e Castro, e de Edgard Antonio Casciano, para o cargo na Síria. As indicações serão ainda submetidas ao Plenário.

MP é rejeitada para dar lugar a outra

Por recomendação do líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), o Plenário rejeitou medida provisória (MP 400/07) que abriu crédito extraordinário para o Ministério da Saúde e a TV Brasil. Jucá recomendou a rejeição para ganhar tempo e colocar em votação a MP 401/07, que concedeu aumento salarial à Polícia Militar e aos bombeiros do Distrito Federal.

Aumento para bombeiros e policiais do DF

Após intensa discussão, a medida provisória (MP 401/07) que reajusta o salário da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros e o subsídio da Polícia Civil do Distrito Federal foi aprovado pelos senadores e vai à sanção presidencial. No caso da PM e dos bombeiros, o projeto fixa o valor da Gratificação Especial de Função Militar em R\$ 351,49, inclusive para os profissionais aposentados.

Garibaldi confia em comissão especial da CD

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, reafirmou em Plenário sua confiança no trabalho da comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa modificações no rito de tramitação das medidas provisórias.

– O impasse das medidas provisórias só quem pode quebrar é a Câmara, que está com a proposta de modificação da sistemática de tramitação das MPs. Eu confio que a Câmara vá representar o sentimento do Congresso, fazendo com que essas MPs não tranquem mais a pauta, que não se vote a reboque do que o Poder Executivo manda e considera urgente e relevante – disse.

O fim do trancamento da pauta é um dos pontos do substitutivo à PEC 511/06, apresentado na última terça-feira pelo relator da comissão da Câmara que analisa mudanças no rito de tramitação da medidas, deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ).

SAÚDE Situação enfrentada pelo Rio de Janeiro expõe necessidade de mais recursos e melhor planejamento

Epidemia de dengue é a mais grave da história

Seis anos após a última grande epidemia de dengue ocorrida no Rio de Janeiro, no verão de 2002, quando mais de 280 mil pessoas contraíram a doença e foram registradas 91 mortes, o estado volta a passar pela mesma situação. Mas, desta vez, o quadro é ainda mais alarmante: em pouco mais de 57 mil notificações da doença, já foram registradas 67 mortes no estado.

A dengue é causada por um vírus - transmitido pela picada do mosquito *Aedes aegypti* - que possui quatro tipos. Segundo o Ministério da Saúde, no Brasil só existem os vírus dos tipos 1 a 3. Quem for infectado por um tipo, fica imunizado contra ele, mas não contra os demais. As pessoas que já tiveram qualquer tipo de dengue ficam mais suscetíveis à dengue hemorrágica (tipo 3), a forma mais grave, mas essa doença também pode ser contraída por quem nunca teve nenhum dos outros tipos.

Epidemiologistas afirmam que o elevado número de mortes deste ano ocorre justamente porque em 2002 milhares de pessoas contraíram a doença e agora estão sendo novamente infectadas, porém pelo tipo mais grave. As crianças são as maiores vítimas e, por isso, cinco estados enviaram pediatras para o Rio de Janeiro.

As Forças Armadas entraram no esforço, montando três hospitais de campanha para atendimento da população, dois na capital e um em Nova Iguaçu, que começaram a funcionar na segunda-feira passada, dia e noite. A polícia

também se integrou ao combate à doença. Na quarta-feira, o secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, colocou à disposição da Secretaria Estadual de Saúde os pátios de batalhões e auditórios das delegacias.

Também na quarta-feira, o governador Sérgio Cabral anunciou que iria aguardar a chegada dos pediatras de outros estados para avaliar a necessidade de convidar médicos de Cuba para ajudar no tratamento de pacientes infectados. Segundo o governador, aquele país enfrentou uma epidemia de dengue nos anos 1980 e tem tradição em saúde pública.

No final de janeiro, ou seja, antes da explosão de casos da dengue no Rio de Janeiro, o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, parecia vislumbrar uma das principais ações para evitar o problema.

Segundo a Agência Brasil, ele declarou que o combate à doença será contínuo a partir de 2008.

- Eu sou contra campanhas espasmódicas. Tem que ser o ano inteiro. O ministério vai manter ao longo de 2008 campanhas de mídia em relação à dengue. Porque só assim nós vamos, ao longo de cinco anos, diminuir significativamente a incidência da doença - disse, ao salientar a necessidade de manter a população permanentemente mobilizada.

O ministro fez ainda um apelo para que a sociedade receba em casa os agentes comunitários de saúde, ressaltando que a ação preventiva desses profissionais é o aliado mais seguro no combate ao mosquito *Aedes aegypti*.



Emergência lotada em hospital do Rio de Janeiro: crianças têm sido as maiores vítimas

MARCELLO CASAL JR/ABR

Prefeitura rejeitou os mata-mosquitos

O número reduzido de agentes de saúde, a má aplicação de recursos no combate à dengue e a falta de campanhas educativas permanentes podem explicar a epidemia em curso no Rio de Janeiro. Segundo o Sindicato Estadual dos Trabalhadores em Combate a Endemias e de Saúde Preventiva (Sint-Saúde), que reúne os agentes mata-mosquitos, a cidade poderia contar atualmente com o trabalho de 3.200 profissionais filiados ao sindicato, mas a prefeitura do Rio não aceitou a colaboração dos agentes, que têm salários pagos pelo governo federal.

Os mata-mosquitos, funcionários da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), foram contratados pela primeira vez pelo governo federal em 1991. Na gestão do ministro da Saúde José Serra, em 1999, eles foram demitidos sob a alegação de que seus contratos eram precários, pois a medida provisória que fazia a recontração automática não foi editada. Os profissionais fizeram então diversos protestos para serem reintegrados e entraram na Justiça contra a União, sendo recontraídos em 2003, na gestão do ministro Humberto Costa.

Com base em dados do Sistema Integrado de Informações Financeiras do Governo Federal (Siafi), o site Contas Abertas (www.contasabertas.com.br) informa que o Ministério da Saúde investiu apenas 55% do total de R\$ 68,1 milhões destinados ao Programa de Vigilância, Prevenção e Controle da Malária e da Dengue no ano de 2007. A principal ação do programa - o combate à dengue - utilizou apenas 31% dos recursos previstos no Orçamento Geral da União.

Exemplo da Embrapa

Um inseticida biológico desenvolvido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a empresa Bthek Biotecnologia pode ser a solução na prevenção da dengue no país. O produto - denominado Bt-horus - foi utilizado no período de janeiro a junho de 2007 na cidade de São Sebastião, no Distrito Federal, diminuindo o índice de infestação de 4% para cerca de 0,4%.

Após treinamento, a própria população de São Sebastião aplicou em 20 mil residências o bioinseticida em locais que acumulam água - como vasos de plantas e caixas d'água.

O produto foi desenvolvido a partir de uma bactéria que libera uma proteína e destrói a larva do inseto, sendo inofensivo para a saúde humana e o meio ambiente, segundo a assessoria de imprensa da Embrapa. Uma gota do Bt-horus para cada litro de água é suficiente para matar, em 24 horas, as larvas do *Aedes aegypti*.

A pesquisadora responsável pelo desenvolvimento do produto, Rose Monnerat, ressalta a importância do bioinseticida, principalmente se for levada em conta a resistência dos moradores em deixarem agentes de saúde entrar em suas casas. Ela explicou ainda que a campanha no DF envolveu atividades educativas junto às escolas da região para reforçar a importância de prevenção da doença.

- A idéia é que a campanha seja modelo para outras cidades do DF e que, futuramente, possa ser integrada ao Programa Nacional de Combate à Dengue - afirmou a pesquisadora.

Cronologia da dengue no Brasil

1851, 1853 e 1916 - epidemias no estado de São Paulo
1923 - epidemia no estado do Rio de Janeiro
1981 e 1982 - casos registrados em Boa Vista
1986 - casos em Alagoas, Ceará e Rio de Janeiro
1987 - casos em Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro
1990 - casos no Ceará, Alagoas, Rio de Janeiro, São Paulo e Mato Grosso do Sul

1991 - casos em Tocantins, Ceará, Alagoas, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Mato Grosso do Sul
1992 - casos no Rio de Janeiro e São Paulo
1993 - casos no Ceará, Alagoas, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul
1994 - casos em toda a região Centro-Oeste, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Alagoas, Rio Grande do

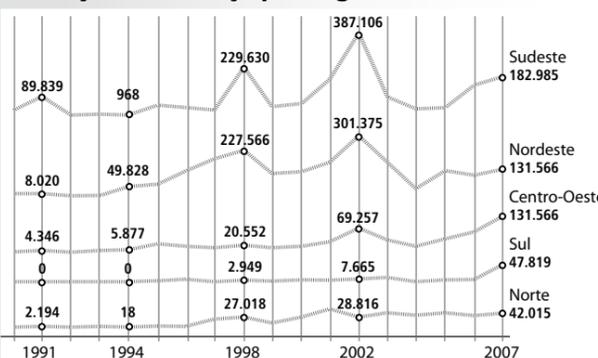
Norte, Ceará, Piauí e Tocantins.
1995 - casos em toda região Sudeste, Centro-Oeste (exceto Distrito Federal) e Nordeste (exceto Sergipe), e nos estados do Pará, Tocantins e Paraná.
1996 - casos em toda região Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste e nos estados de Pará, Roraima e Tocantins
1997 - casos em toda região Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul (exceto Rio Grande do Sul), além

dos estados de Rondônia, Roraima, Pará e Tocantins
1998 - casos registrados em todos os estados do país, exceto no Acre.
2002 - epidemia no estado do Rio de Janeiro
 De 1999 a 2007 - todos os estados do país registraram casos da doença

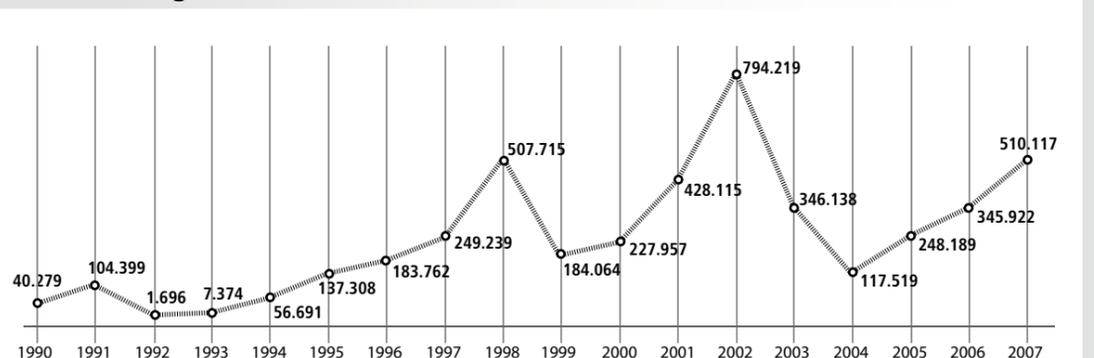


Fonte: Secretarias estaduais de Saúde e Wikipédia

Evolução da doença por região (nº de casos notificados)



Casos de dengue no Brasil (nº de casos notificados)



SAÚDE Bancada fluminense aponta soluções e diz que é essencial a união de todos para enfrentar e vencer a epidemia

Senadores na luta contra a doença

A epidemia de dengue que atinge o Rio de Janeiro levou os três senadores do estado a discutir com o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, o que os parlamentares podem fazer para ajudar a debelar a crise.

Na opinião do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), é preciso intensificar as ações dos agentes comunitários que hoje trabalham para eliminar os focos da doença e informar a população. Ele também mencionou o apelo feito pelos senadores – “uma ação política” – para que a prefeitura abra os postos de saúde 24 horas por dia, inclusive nos finais de semana, para o tratamento dos doentes, medida que foi determinada pela Justiça Federal na última quarta-feira. .

– É preciso unir forças para que esses postos fiquem abertos – afirmou.

O senador argumenta que se o atendimento não é prestado, por exemplo, a uma criança que vai a um posto de saúde apresentando sintomas da doença às 20h, o quadro pode ser agravado durante a noite e evoluir para uma hemorragia.

– No dia seguinte já pode ser tarde. E para salvar uma criança dessa doença é preciso a doação de sangue de sete pessoas – assinalou.

De acordo com Crivella, a falta de saúde básica no município do Rio de Janeiro é o grande culpado pela situação atual. O Programa de Saúde da Família, informou, cobre apenas 5% do estado.

– Temos que elevar esse atendimento para 60%, 70%. Precisamos ter médicos que tenham contato com as famílias. Nas comunidades carentes e na Baixada Fluminense, essa providência é fundamental – defendeu.

Francisco Dornelles (PP-RJ) lembrou que, se há carência de pediatras no Rio de Janeiro, será muito importante o papel que os senadores podem desempenhar apelando às secretarias de Saúde de seus estados para que enviem esses médicos ao Rio de Janeiro para ajudar no tratamento dos doentes.

Dornelles argumentou que se o clima do Rio de Janeiro ajuda na rápida disseminação do mosquito, mais uma razão para que as medidas preventivas sejam tomadas de forma permanente.

– Vivemos hoje a consequência de decisões erradas tomadas no passado – lamentou.

O senador Paulo Duque (PMDB-RJ) defendeu o atendimento adequado da população vítima da dengue e comemorou a cooperação oferecida pela Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, que colocou à disposição do governo estadual e municipal 1.800 leitos dos cinco hospitais que existem no estado.

Para Duque, não é possível dizer com certeza absoluta quais os culpados pela epidemia, mas ele acredita que, com todos os esforços já feitos, o número de vítimas irá cair em breve e que “o pior já passou”.



Dornelles: vivemos hoje consequências de decisões erradas tomadas no passado



Crivella: postos de saúde abertos todos os dias para poder atender melhor as crianças



Duque: com os esforços que vêm sendo feitos, é possível dizer que o pior passou

FOTOS: LEOPOLDO SILVA

Valadares critica número reduzido de agentes de saúde

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) apontou a falta de agentes sanitários no município do Rio de Janeiro como agravante para a epidemia de dengue que assola a capital do estado. Segundo ele, não há como explicar o fato de a prefeitura dispor hoje de apenas 2,2 mil agentes para uma população de 5,8 milhões, quando, no final da epidemia de febre amarela, nos anos 50, o contingente desses servidores era

de 5 mil para uma população de 1 milhão de habitantes. O senador sustentou que, para se enfrentar a epidemia, seriam necessários 43 mil agentes sanitários, “conhecidos como mata-mosquitos”.

Valadares observou que uma das soluções para a prevenção de epidemias é a aprovação do projeto de lei complementar (PLP 1/03) que trata da aplicação de recursos destinados ao financiamento das ações e serviços de

saúde. A emenda também garante a correção do orçamento da saúde pela variação anual do produto interno bruto (PIB).

Gerson Camata (PMDB-ES) disse que as autoridades brasileiras, nos planos municipal, estadual e federal, “são responsáveis por cada morte” ocorrida na epidemia de dengue no Rio de Janeiro. Camata afirmou que as autoridades “vão pagar por isso” e que os governos vão ter que indenizar as

famílias pelas mortes de adultos e crianças.

– Isso é o supra-sumo da vergonha nacional – ressaltou, acusando as autoridades de desídia, desprezo, descaso e omissão.

Camata afirmou que o Senado deve “puxar a orelha” do prefeito do Rio, César Maia; do governador, Sérgio Cabral; do ministro da Saúde, José Gomes Temporão; e até do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Secretários condenam a redução de recursos

“A redução na dotação orçamentária de 2008 de recursos destinados a ações epidemiológicas no país é uma situação bastante perigosa, que eu espero seja revista pelo governo, pois o preço dessa condição é a probabilidade de aumento de epidemias em todo o país.” O alerta foi feito pelo representante do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems), Marcos da Silveira Franco.

Ele participou de audiência pública para debater a situação e o controle da dengue, da febre amarela e da malária no Brasil, realizada pela Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, vinculada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Franco destacou que “se não houver integralidade da ação municipal com a estadual, não é possível de maneira alguma controlarmos nenhum processo epidêmico”.

Já para o representante do Conselho Nacional de Secretários Estaduais em Saúde (Co-



Papaléo Paes (C) defendeu Congresso da acusação de cortar verbas destinadas à área de saúde

nass), Jurandi Frutuoso, não é hora de apontar culpados, mas de discutir profundamente o problema, para não só evitar novo surto da doença no futuro, mas também impedir que a dengue atinja outros estados.

Ele acusou o Congresso de ter grande responsabilidade pela situação atual, pois vem reduzindo as verbas destinadas para o controle e o combate às

doenças epidemiológicas.

– As ações tiveram um corte médio de 25% – alertou, enfatizando ainda que as necessidades da área são bem maiores até mesmo dos valores solicitados originalmente no Orçamento.

Ao comentar os cortes orçamentários aprovados pelo Congresso Nacional, o senador e médico Papaléo Paes (PSDB-

AP), que requereu a audiência pública, afirmou que esses cortes não dependem exclusivamente da vontade dos parlamentares, mas da necessidade de ajustes.

– Jamais a Comissão Mista de Orçamento cortaria recursos destinados à saúde se não fosse por motivos que estão além da nossa vontade – respondeu o senador.

Ministério nega corte de verbas para combate à doença

Apelo para que os postos da rede básica de atenção à saúde sejam abertos também nos finais de semana foi feito pelo secretário-adjunto da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Fabiano Pimenta Júnior, na audiência pública. Segundo ele, neste momento essa é a medida mais importante para evitar um aumento no número de mortes por complicações de-

correntes da dengue na capital fluminense.

Pimenta Júnior negou que tenha havido redução, este ano, dos recursos destinados à prevenção e controle da dengue. Segundo ele, a diferença de R\$ 300 milhões no Orçamento para 2008 se refere a outros grupos de despesas, como para aquisição de imunobiológicos (vacinas e imunoglobulinas).

Já Pedro Luiz Tauil, da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, atribuiu parte das dificuldades que o país enfrenta para combater a dengue aos problemas na área de segurança pública. Por causa da violência, segundo Tauil, agentes sanitários muitas vezes não conseguem atuar em áreas pobres onde prolifera o mosquito.

Como fator determinante para

a proliferação da dengue, no entanto, ele apontou a acelerada urbanização do país, caracterizada pela aglomeração de pessoas em habitações precárias, em áreas sem abastecimento de água e saneamento. Observou que, nesses locais, as pessoas são obrigadas a acumular água de forma improvisada, em reservatórios que favorecem a reprodução de *Aedes aegypti*.

ELEIÇÕES Novas regras para propaganda eleitoral proíbem uso de *blogs*, *chats* e *sites* de relacionamento por políticos



Com limites à propaganda na internet, ministros do TSE buscam coibir utilização indevida de meios de comunicação e abusos com publicidade favorável a candidatos

TSE restringe divulgação de candidatos pela internet

Criticada por políticos e por pessoas ligadas a *blogs* e *sites* da internet, a Resolução 22.718 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), divulgada no final de março, definiu as regras da propaganda para as eleições municipais deste ano (*veja o quadro*), considerando irregular o uso de instrumentos consagrados da internet como *blogs* e *sites* de relacionamento (Orkut, My Space e outros) por candidatos.

Qualquer divulgação só poderá ser feita em uma página criada pelo candidato especificamente para esse fim e que poderá ficar no ar entre 6 de julho e a antevéspera da eleição (3 de outubro). Os candidatos podem optar por usar a terminação *can.br*.

– Que se faça a propaganda a partir de 6 de julho, mesmo assim com cuidado, pois o uso abusivo dos meios de comunicação – e a internet é um meio de comunicação – pode implicar a cassação do registro do candidato. Os candidatos devem colocar as barbas de molho porque a consequência é em relação ao candidato, ao beneficiário da propaganda, ainda

que implementada por terceiros – alertou o presidente do TSE, ministro Marco Aurélio Mello.

O TSE também decidiu estender à reprodução de jornal na internet as punições com cassação de registro e inelegibilidade, impostas nos casos de uso indevido de meio de comunicação e abusos na divulgação de opinião favorável ao candidato, que antes só atingiam a imprensa escrita.

Mesmo quem alegar que a publicidade foi feita por outra pessoa poderá ser punido, a não ser que prove que a intenção era prejudicá-lo. Em 2006, por exemplo, o TSE multou em R\$ 21 mil o responsável pela veiculação não autorizada de propaganda do então candidato a presidente Geraldo Alckmin. Carlos Donizete de Freitas promoveu, em 2005, um *site* associando o nome de Alckmin e sua futura candidatura. O candidato denunciou o *site* e pediu a sua retirada da rede.

O TSE ainda julgará consulta sobre a possibilidade do uso de *banners*, *e-mails*, *marketing*, *blogs* e *chats*. Parecer técnico do tribunal recomenda a proibição de todas elas.

Cristovam e autores de *blogs* criticam decisão

Para o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que desde que assumiu o mandato mantém um *blog* em sua página pessoal para conversar com os eleitores e comentar temas relacionados com a educação, as intenções dos ministros do TSE podem ter sido boas, mas eles estão “fora do tempo”.

– A internet é incontrolável e este é seu aspecto mais positivo. Seria o mesmo que proibir as pessoas de enviarem cartas. Acredito até que as restrições para rádio e TV também tendem a acabar no futuro porque hoje em dia é cada vez maior o número de emissoras comunitárias – disse o senador, lembrando que as ferramentas da internet são baratas e de fácil acesso a qualquer pessoa.

Cristovam acha que o essencial é impedir que as grandes redes de comunicação manipulem o resultado das eleições, privile-



Blog de Cristovam, onde o senador discute educação e outros temas com os internautas: ferramenta barata e de fácil acesso

giando este ou aquele candidato. E também voltou a defender que os gastos de todos os candidatos fossem “pequenos, iguais e públicos”, com ampla divulgação, inclusive pela internet.

Ricardo Noblat, um dos mais importantes analistas políticos do país, com um *blog* e uma coluna semanal no jornal *O Globo*, dá razão ao TSE, mas tem dúvidas sobre a eficácia da medida, em especial quando ela pretende responsabilizar o candidato até mesmo pelo material de divulgação que seja publicado na internet por terceiros.

– Se a propaganda política no rádio e na televisão é regulamentada, por que não haveria de ser na internet? Não sei se funcionará. Um candidato pode ser proibido de fazer um *blog*, digamos. Mas não se pode proi-

bir que um cidadão qualquer faça um *blog* e peça votos para aquele candidato – argumenta Noblat.

Autor de um *site* e um *blog*, o jornalista Cláudio Humberto é contra a medida, apesar de ressaltar que a Justiça Eleitoral pode e deve se manter vigilante contra os abusos.

– A resolução atenta contra a própria essência da internet, com sua característica libertária, de ser um terreno livre. Acho legítimo que os candidatos montem seus *sites*, suas páginas de Orkut, até para estreitar as relações com os eleitores. A proibição é uma violência e dificulta a vida dos candidatos que têm poucos recursos para fazer propaganda pelos meios tradicionais – avalia o jornalista.



Para Noblat, medida é correta, mas sua eficácia é duvidosa

As outras regr



Propaganda intrapartidária – As convenções podem ser realizadas de 10 a 30 de junho. Na quinzena anterior à convenção, os pré-candidatos podem fazer propaganda intrapartidária com vistas à indicação de seu nome para concorrer no pleito. A propaganda só pode ser feita por meio de faixas e cartazes afixados em locais próximos da reunião.



Legendas – Em qualquer propaganda de candidato a prefeito deverá constar, também, o nome do candidato a vice. Se houver coligação para prefeito, é obrigatória a colocação de todas as siglas dos partidos que compõem a chapa abaixo do nome da coligação. Na coligação para vereador, apenas o partido dele deve ser informado.



Propaganda paga – É proibido qualquer tipo de propaganda política paga no rádio ou na televisão. Nos veículos impressos, a propaganda pode ser divulgada até 3 de outubro. O tamanho máximo, por edição, para cada candidato, partido ou coligação é de um oitavo de jornal padrão e um quarto de página de revista ou tablóide.



Horário eleitoral gratuito – Para o primeiro turno, será realizado no rádio e na TV de sinal aberto de 19 de agosto a 2 de outubro.

Outdoors – Assim como nas eleições de 2006, continua proibida a propaganda eleitoral por meio de outdoors.

ELEIÇÕES Três municípios e 50 mil eleitores fazem parte de projeto-piloto da Justiça Eleitoral para novo sistema

Urnas biométricas passarão por testes

Terminou na semana passada o cadastramento nos três municípios escolhidos – São João Batista (SC), Colorado do Oeste (RO) e Fátima do Sul (MS) – para o projeto-piloto de implantação das urnas biométricas, que prevê a identificação do eleitor por meio da impressão digital e da fotografia. A Justiça Eleitoral pretende, com o novo sistema, tornar as eleições brasileiras mais protegidas ainda contra fraudes.

A implantação do sistema só será inteiramente concretizada em dez anos. O número de eleitores esperados para se cadastrar biometricamente nas primeiras três cidades era de cerca de 50 mil. O TSE informou, com base em dados dos tribunais regionais, que mais de 85% compareceram.

Quem não se cadastrou dentro do prazo, encerrado no dia 1º de abril, terá o título eleitoral cancelado e não poderá votar nas eleições de outubro. Com o título cancelado, a pessoa fica impedida de tirar o CPF, emitir passaporte ou participar de concurso público, entre outras restrições. O cadastramento e o voto são facultativos para os jovens com idade entre 16 e 17

anos, os analfabetos e os maiores de 70.

Por meio das urnas biométricas, diz o TSE, o país terá não só a votação mais informatizada como também a mais segura, já que não haverá dúvidas quanto à identidade de cada eleitor. Uma única digital já serve para identificar a pessoa, mas o novo sistema registrará as imagens de todos os dedos das mãos.

Usando sua digital, o próprio eleitor liberará a urna para votação. Caso o mesário tenha dúvidas com relação ao eleitor, ou caso a sua digital não for reconhecida pelo sistema biométrico, o mesário terá à sua disposição uma folha com as fotos de todos os eleitores daquela seção, à qual poderá recorrer para confirmação.



TSE cadastra impressão digital e fotografia de eleitora em Fátima do Sul (MS): implantação do sistema levará 10 anos

Este ano, 76 municípios terão segundo turno, informa o TSE

Até o momento, apenas 76 dos 5.564 municípios brasileiros (veja quadro nesta página) deverão realizar segundo turno nas eleições para prefeito de outubro deste ano, de acordo com o recente levantamento do total de votantes divulgado pelo TSE. As datas de votação estão confirmadas para 5 e 26 de outubro. Quase 128 milhões de brasileiros já estão inscritos para participar do pleito.

Somente cidades com mais de 200 mil eleitores inscritos devem promover segundo turno nas escolhas para prefeito – como prevê o inciso II do artigo 29 da Constituição –, no caso de nenhum candidato reunir a maioria absoluta (metade, mais um) dos votos válidos na primeira rodada de apuração. Em 2004, por exemplo, 68 municípios estavam aptos a realizar o segundo turno, mas ele só ocorreu em 44 cidades.

Os números atuais ainda podem sofrer alterações até 7 de maio – prazo máximo para que o cidadão maior de 16 anos se aliste em sua zona eleitoral – e também em função das revisões do eleitorado, que se encerraram em 31 de dezembro passado, mas cujos números ainda não foram inteiramente consolidados. Assim, o TSE deverá divulgar o total do eleitorado em junho.

Três das 26 capitais de estado estão fora do segundo turno: Rio Branco (AC), Boa Vista (RR) e Palmas (TO). Em compensação, por estarem bem próximas do limiar dos 200 mil eleitores, algumas cidades ainda podem ser incluídas na lista, como Rio Branco, Taubaté (SP) e Vitória da Conquista (BA), entre outras.

O Distrito Federal, que não é município e por isso não elege prefeito e vereadores, não terá eleições neste ano.

Das capitais, Rio Branco, Boa Vista e Palmas não terão duas votações

Raio-X do eleitor

Divisão por sexo e faixa etária

Faixa etária	Masculino	%	Feminino	%	Não informado	%	Total (T)	%
16 anos	348.453	49,51	355.416	50,49	0	0	703.869	0,55
17 anos	758.216	50,00	758.311	50,00	0	0	1.516.527	1,19
18 a 20 anos	4.444.534	49,83	4.474.848	50,17	0	0	8.919.382	6,99
21 a 24 anos	6.551.868	49,34	6.727.264	50,66	0	0	13.279.132	10,4
25 a 34 anos	15.137.128	48,65	15.974.227	51,34	1.066	0	31.112.421	24,37
35 a 44 anos	12.432.507	48,12	13.373.198	51,76	32.291	0,12	25.837.996	20,24
45 a 59 anos	13.302.003	47,43	14.672.166	52,31	72.573	0,26	28.046.742	21,97
60 a 69 anos	4.720.183	46,51	5.400.036	53,2	29.334	0,29	10.149.553	7,95
70 a 79 anos	2.542.020	45,18	3.065.334	54,48	19.601	0,35	5.626.955	4,41
Superior a 79 anos	1.157.945	47,59	1.264.574	51,97	10.679	0,44	2.433.198	1,91
Inválida	23.385	49,92	23.457	50,07	3	0,01	46.845	0,04
Total (TT)	61.418.242	48,11	66.088.831	51,76	165.547	0,13	127.672.620	100

Divisão por grau de instrução

Grau	Masculino	%	Feminino	%	Não informado	%	Total(T)	%T/TT
Não-informado	77.252	45,66	86.174	50,94	5.752	3,4	169.178	0,3
Analfabeto	3.775.035	46,57	4.318.680	53,27	13.279	0,16	8.106.994	6,35
Lê e escreve	10.348.476	50,56	10.025.144	48,98	93.129	0,46	20.466.749	16,03
1º grau incompleto	22.061.838	50,47	21.622.996	49,47	26.175	0,06	43.711.009	34,24
1º grau completo	4.885.691	48,87	5.102.670	51,04	9.557	0,1	9.997.918	7,83
2º grau incompleto	10.513.641	46,73	11.980.575	53,25	4.517	0,02	22.498.733	17,62
2º grau completo	6.327.140	41,75	8.819.298	58,19	8.964	0,06	15.155.402	11,87
Superior incompleto	1.469.325	46,74	1.673.042	53,22	1.534	0,05	3.143.901	2,46
Superior completo	1.959.844	44,31	2.460.252	55,63	2.640	0,06	4.422.736	3,46
Total (TT)	61.418.242	48,11	66.088.831	51,76	165.547	0,13	127.672.620	100

Obs: a informação sobre o grau de instrução é de responsabilidade do eleitor.

Fonte: TSE. Dados relativos a fevereiro de 2008

as da eleição



Brindes – É proibida a confecção, utilização e distribuição de camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cestas básicas e outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor. O partido pode comercializar material de divulgação institucional, desde que não tenha nome, número de candidato nem o cargo que está disputando.



Nas ruas – É proibido afixar qualquer tipo de propaganda (inclusive pichação a tinta) em bens públicos ou de uso comum. Também não é permitida propaganda em árvores e jardins públicos. Quem desrespeitar a norma pode pagar multa de R\$ 5.320,50 a R\$ 15.961,50. Placas, cartazes e pinturas em bens particulares devem ter o tamanho máximo de 4m².



Imprensa – Veículos de comunicação impressos podem emitir opinião favorável a candidato. Já as emissoras de rádio e televisão não podem veicular opinião. Também são proibidas de divulgar qualquer programa que faça alusão ou crítica ao candidato. A partir da escolha em convenção, os candidatos não podem apresentar programas nem participar como comentarista.



Showmícios – Continuam proibidos showmícios e apresentação de artistas, mesmo gratuita, em comícios. Aparelhagem de sonorização fixa é permitida, mas apenas das 8h à meia-noite. Os alto-falantes e amplificadores podem ser usados das 8h às 22h, desde que distantes pelo menos 200 metros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e hospitais.

CRISE NO CAMPO Principal problema é que não há, no país, a cultura de se fazer seguro para proteger a colheita

Até subvenção para seguro da safra é pouco usada

RODRIGO ASSMANN/ GAZETA DO SUL



Produtor diante do campo castigado pela geada: subvenção do governo ao seguro rural conta com R\$ 160 milhões em 2008

Quase R\$ 70 milhões do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – que paga de 30% a 60% do custo do seguro – não foram utilizados pelos produtores nos últimos dois anos.

O valor é significativo tendo em vista que a contratação de seguro poderia minimizar consideravelmente as perdas das últimas safras. Há algumas semanas, produtores, parlamentares e governo negociam as dívidas de R\$ 87,7 bilhões, em boa parte agravadas por problemas como secas e enchentes (veja matéria à direita).

– Os produtores só se lembram de contratar seguro quando há indicação meteorológica de que haverá problemas. Não há uma cultura ou hábito. Dessa forma,

as seguradoras não têm como oferecer esse serviço a preços menores dos praticados – diz Wellington Soares de Almeida, diretor do Departamento de Gestão de Risco Rural do ministério.

Sendo a agricultura uma atividade de alto risco, o valor do prêmio é elevado. De 1995 a 2005, segundo Almeida, as seguradoras tiveram prejuízos de R\$ 220 milhões com seguro rural. Não mais que 4% de toda a área plantada no país estão segurados.

– O produtor, por causa do custo, prefere correr o risco da safra do que gastar muito com seguro e ver seu lucro ir embora – diz o presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, Neuto de Conto (PMDB-SC).

Almeida acha também que o produtor, de certa forma, tem

sido impossibilitado de pagar o prêmio.

– Até então, só havia demanda nas regiões com problemas climáticos e ninguém pensava no produtor rural quando se falava em seguro. Em 2003, foi criada a lei que autoriza a subvenção por parte do governo, valor que começou a ser pago em 2006 – diz.

No primeiro ano, o programa contava com R\$ 61 milhões, mas apenas R\$ 31 milhões foram usados. Em 2007, foram gastos R\$ 61 milhões dos R\$ 100 milhões disponíveis. Para 2008, o governo oferece R\$ 160 milhões. Os pequenos e médios agricultores são os que mais contratam.

– Somos os únicos a ter uma oferta superior à demanda, mas estamos trabalhando para que isso mude – declara Almeida.

Para atrair os produtores, o governo ampliou os valores máximos de subvenção ao prêmio, que eram de R\$ 7 mil para culturas periódicas e R\$ 12 mil para as perenes. Esses valores foram unificados em R\$ 32 mil.

O produtor poderá receber subvenção para mais de uma cultura dentro do mesmo grupo – no seguro agrícola são sete grupos (veja quadro abaixo). O valor máximo passou de R\$ 26 mil para R\$ 192 mil. Em culturas como trigo, milho segunda safra e feijão, a percentagem de subvenção chega a 60%. Para algodão, soja, arroz e milho, são pagos 50%.

– Um produtor que plante 2 mil hectares de soja e que tenha de pagar R\$ 64 mil pelo prêmio só irá desembolsar R\$ 32 mil. Esse mesmo valor atende a 2,6 mil hectares de milho – completa Almeida.

Não mais que 4% de toda a área plantada no país estão segurados

Negociações sobre a dívida rural recomeçam nesta terça-feira

Na semana passada, pouco avançaram as negociações entre as bancadas ruralistas do Senado e da Câmara dos Deputados, produtores e ministérios da Fazenda e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre o endividamento agrícola de R\$ 87,7 bilhões.

A dívida é resultado de um acúmulo de perdas agravadas nas últimas duas décadas por planos econômicos, variações cambiais, fortes mudanças climáticas e outras situações.

Segundo o presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, Neuto de Conto (PMDB-SC), o governo deu a impressão de que a questão seria resolvida rapidamente, mas ainda há muito para se discutir. Por isso, técnicos do Senado e da Câmara fazem novos estudos para mais uma rodada de conversas nesta terça-feira no ministério.

Das reivindicações atendidas, o governo acenou na última quarta-feira para a possibilidade de se aumentar de R\$ 56,2 bilhões para R\$ 66 bilhões o volume a ser renegociado.

– Não é o que queremos. Pedimos juros menores, prazos maiores e recálculos da dívida para que assim traga o produtor inadimplente para uma situação de normalidade e evite nova inclusão de pessoas na dívida ativa da União – afirma o deputado Homero Pereira (PR-MT).

O governo também aceitou ampliar de cinco para oito anos o prazo para pagamento dos investimentos e de três para cinco anos o de custeio.

Estados mais endividados – como Mato Grosso e Rio Grande do Sul – e culturas que enfrentam casos mais críticos, como soja, algodão, cacau e café, além da agricultura familiar, terão de ter propostas específicas.

– Nós estamos estudando o caso do Rio Grande do Sul para apresentar o que precisa ser feito lá no estado, que possui uma dívida próxima a R\$ 10 bilhões – diz o deputado gaúcho Luís Carlos Heinze (PP).

O setor ainda briga para que o governo alongue o prazo para pagamento pelos próximos 17 anos, já que, em 2025, terminam parcelas de renegociações como a securitização e o Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa).

Fundo de Catástrofe será criado

Após a renegociação da dívida de R\$ 87,7 bilhões dos produtores rurais com o governo, a Casa Civil deverá enviar ao Congresso projeto de lei que regulamenta o Fundo de Catástrofe.

Elaborado pelos ministérios da Agricultura e da Fazenda, o Fundo de Catástrofe – que substituirá o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural – irá socorrer as seguradoras quando houver perda generalizada de safra.

– Isso dará às seguradoras um conforto de oferta para as regiões onde o clima é mais difícil e, com isso, o produtor também irá pagar um valor menor pelo prêmio do seu seguro. O projeto de lei que chegará ao Congresso trará uma definição geral e o restante será definido via decreto ou regulamentação do Conselho Nacional dos Seguros Privados – explica Wellington Soares de Almeida, diretor do Departamento de Gestão de Risco Rural do Ministério de Agricultura.

O ministério também está treinando 5 mil profissionais para atender as seguradoras nas avaliações de sinistros.

– Essa questão do seguro precisa ser mais bem trabalhada entre os agricultores e irá receber mais atenção dos parlamentares com a regulamentação do Fundo de Catástrofe. Muita gente nem conhece as ferramentas que existem. Não há uma cultura de se contratar seguro no Brasil – avalia o deputado Luís Carlos Heinze (PP-RS), relator da Subcomissão do Endividamento Rural da Câmara e representante da bancada ruralista. Para o deputado, a questão do seguro deve ser vista com bastante cuidado, visto que “pode haver de 15 a 20 situações diferentes em um mesmo estado para uma mesma cultura”.

Limites e percentuais de subvenção (paga pelo governo) para 2008

Modalidade de seguro	Grupo de culturas	Percentagem de subvenção	Limite (em R\$)
Agrícola	Milho segunda safra e trigo	60	32.000
	Aveia, canola, cevada, centeio, sorgo e triticale	50	
	Feijão	60	32.000
	Algodão, arroz, milho e soja	50	
	Abacaxi, alface, alho, amendoim, batata, berinjela, beterraba, cana-de-açúcar, cebola, cenoura, couve-flor, girassol, morango, pepino, pimentão, repolho, tomate e vagem	40	32.000
	Maçã e uva	50	
	Ameixa, café, caqui, figo, goiaba, kiwi, laranja, limão e demais cítricos, nectarina, pêra e pêssego	40	
Pecuário		30	32.000
Florestal		30	32.000
Aquícola		30	32.000
Total de limites por produtor			192.000

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Seguro rural

Como funciona em outros países



Estados Unidos

Trabalham com o programa de seguro rural por meio da Risk Management Agency (RMA), órgão governamental que atua juntamente com a seguradora estatal, Federal Crop Insurance Corporation (CIC), com as seguradoras privadas e os representantes dos produtores rurais. O programa subsidia diversas modalidades de seguro, inclusive o de renda esperada dos produtores. A previsão de gastos com esse programa, em seis anos, é de **US\$ 8,2 bilhões**, o que representa subsídios anuais da ordem de **US\$ 1,4 bilhão**. O subsídio ao prêmio do seguro rural varia de **38% a 100%**, dependendo do nível de cobertura pretendida pelo agricultor.



Espanha

Dispõe de uma empresa governamental, a Entidade Estatal de Seguros Agrários (Enesa), que desenvolve o sistema de seguro rural com a participação das associações de produtores e das seguradoras privadas, representadas pela Agroseguro. Atualmente, a Espanha subsidia o seguro rural com gastos anuais de **500 milhões de euros**. O subsídio ao prêmio do seguro na Espanha é de até **50%**, podendo atingir **80%** em casos catastróficos.



Chile e Colômbia

O primeiro subsidia o prêmio do seguro rural em até **80%**; e o segundo adota um percentual entre **20% e 40%**.

Fonte: Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)



GERALDO MAGELA

Para o senador Neuto de Conto, ainda há muita coisa a discutir com o governo

COMISSÕES



Senadores da CPI da Pedofilia assistem à apresentação de Thiago de Oliveira (E) sobre material pornográfico na internet

ONG aponta Orkut como paraíso da pornografia

O presidente da SaferNet Brasil, Thiago Tavares Nunes de Oliveira, disse à CPI da Pedofilia que o site de relacionamento Orkut é o principal canal de distribuição de material pornográfico destinado ao público infanto-juvenil do país. A SaferNet, organização não-governamental que defende e promove os direitos humanos na sociedade da informação, detectou um aumento de 107,82% na publicação de páginas destinadas a esse fim

no site de relacionamentos do Google no primeiro trimestre deste ano, comparativamente ao mesmo período de 2007.

Conforme Thiago de Oliveira, 90% das denúncias sobre abusos de direitos humanos na internet estão relacionadas a publicações feitas no Orkut, das quais 40% dizem respeito à pornografia dirigida às crianças e aos adolescentes.

– O Orkut ainda é o paraíso da pornografia infanto-juvenil, entre outras razões por deficiência da legislação, pela falta de aparelhamento da polícia e pela ausência de uma política de prevenção – informou aos senadores Magno Malta (PR-ES), presidente da CPI; Demostenes Torres (DEM-GO), relator; Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) e Romeu Tuma (PTB-SP).

O presidente da SaferNet relatou ainda que encaminhou centenas de casos para investigação do Ministério Público, mas considerou que a apuração é dificultada por não haver uma lei regulando a atuação de provedores de internet e responsáveis por sites.

Entre 2006 e 2007, o número de páginas diferentes de pornografia infanto-juvenil denunciadas à SaferNet cresceu de 17.148 para 38.760.

Site de relacionamento responde por 90% das denúncias

Magno Malta cobrará compromisso do governo no combate à pedofilia

O presidente da CPI da Pedofilia, senador Magno Malta, disse que pretende cobrar do presidente Luiz Inácio Lula da Silva compromisso com a luta contra a pedofilia, principalmente por meio da sanção imediata de leis sobre o tema. Essa legislação, acredita, será votada pelo Senado e a Câmara dos Deputados mesmo antes do encerramento dos trabalhos da CPI, de modo que a Justiça passe a contar rapidamente com instrumentos para punir os pedófilos.

As declarações de Magno Malta foram dadas logo após a reunião da comissão em que foi ouvido o presidente da SaferNet do Brasil, Thiago Tavares Nunes de Oliveira. Este denunciou a ausência de uma política de prevenção a crimes

cometidos pela internet, como a pedofilia. Em 2006, essa organização não-governamental participou de grupo de trabalho convocado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República para tratar do tema.

– Os estudos com o fim de se adotar essa política foram engavetados – lamentou Thiago Tavares, que acredita não haver interesse da Presidência da República em medidas nessa área, uma vez que exigiriam investimentos na Polícia Federal.

– Talvez esse assunto nem tenha chegado ao presidente [da República] – ponderou Magno Malta, que já pediu audiência com Lula, por intermédio do ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, José Múcio Monteiro.

CIBERCRIME - O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) participou, nos dias 31 de março e 1º de abril, da Conferência Internacional sobre Legislação de Combate aos Crimes Cibernéticos, em Estrasburgo, na França. Ele voltou a defender que o Brasil seja signatário da Convenção Internacional contra o Crime Cibernético, conhecida como Convenção de Budapeste, já assinada por países da União Européia, além do Japão, Estados Unidos, Coreia do Sul e África do Sul. Para fazer parte do tratado de cooperação internacional, observa Azeredo, o Brasil precisa aperfeiçoar sua legislação.

Subcomissão debate Lei Maria da Penha

A próxima audiência da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, nesta quarta-feira, tratará do enfrentamento da violência contra a mulher. Segundo a presidente do novo órgão, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), serão discutidas a implantação e a eficácia da Lei Maria da Penha.

Ideli afirma que essa foi uma lei que pegou e é defendida pela sociedade, mas sua plena aplicação exige modificações estruturais na Justiça, com centros de atendimento e pessoal especializado, como psicólogos e assistentes sociais. Ela ressalta que o Brasil continua sendo um dos países mais violentos contra as mulheres.

– Os dados continuam contundentes: 5,8 mil mulheres são espancadas diariamente – alertou.

Ao falar sobre a importância da instalação da subcomissão no Senado, Ideli considera que a criação desse espaço permanente vem em momento favorável à discussão das questões de interesse da mulher. Pela primeira vez, destaca, existe uma estrutura institucionalizada no âmbito federal, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, articulada com outras esferas e sociedade civil.

Ideli avalia que, além de articular sociedade civil, governo e Parlamento, a instalação da subcomissão significa demarcação de território, o que, segundo ela, é fundamental. A senadora lembra que o Senado já completou 180 anos, mas só há presença feminina na instituição a partir de 1979, quando pela primeira vez uma suplente, a professora Eunice Michilles, do Amazonas, assumiu uma vaga na Casa.

– As questões específicas das mulheres só passaram a compor

pauta do Congresso há duas décadas. Foi quando o movimento chamado “do batom” trouxe matérias importantes, relacionadas às políticas públicas para as mulheres, como no tocante ao combate à violência, com a instituição das delegacias especializadas e os centros de apoio às mulheres vítimas de violência – enumerou.

Na Constituinte, disse Ideli, as mulheres tiveram papel importante porque conseguiram dar corpo a um dos capítulos da Constituição. Agora, ter uma subcomissão permanente estabelece espaço na estrutura do Senado para que os assuntos possam ser encaminhados e potencializados, avalia a senadora.

Com um eleitorado majoritariamente feminino (51,7%), a subcomissão vem em um momento em que já há estrutura institucionalizada no governo federal, articulada com os governos estaduais e municipais, com pactos sendo estabelecidos para as políticas públicas para as mulheres, afirma Ideli.

– Um exemplo é o enfrentamento da violência e da redução da mortalidade materno-infantil – observa a senadora, ao explicar as razões para um cenário favorável aos projetos de interesse das mulheres no país.



Ideli Salvatti afirma que pela primeira vez mulheres contam com meios para se articular e reivindicar

José Nery critica tribunal do Pará por não investigar juíza

O líder do PSOL, senador José Nery (PA), protestou, durante debate na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), contra a decisão do Tribunal de Justiça do Pará de arquivar o pedido de abertura de procedimento administrativo disciplinar contra a juíza da 3ª Vara Criminal Clarice Maria de Andrade. A juíza manteve uma adolescente de 15 anos detida com homens por mais de 20 dias em prisão na cidade de Abaetetuba (PA), apesar de ter sido informada pelo delegado sobre a situação.

José Nery ressaltou que a CDH realizou audiências públicas para discutir o assunto com as principais autoridades daquele estado e disse que a comissão tem a obrigação de cobrar esclarecimento e justiça para esse fato, que classificou de grave. O parlamentar lembrou ainda que os debates sobre a situação da adolescente deram origem à criação, no âmbito da CDH, da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher.

– Essa decisão acaba sepultando o desejo e o sentimento de justiça para esse fato – disse.

Fórum Mulheres Brasil-África conta com a participação do Senado

Foi realizado na semana passada em Brasília o Fórum Mulheres Brasil-África e os Desafios neste Milênio, que contou com o apoio do Senado, representado pelo diretor-geral, Agaciel Maia, e pelo senador Paulo Paim (PT-RS). Estiveram presentes ao evento diversos representantes das sociedades do Brasil e da África, que discutiram políticas de valorização dos direitos da mulher.

O fórum foi idealizado pela Unifas/African, entidade criada a partir da União Feminina das Américas (Unifas). Presidida pela jornalista Margarida Chautet, trata-se de uma enti-

dade sem fins lucrativos, que atua como agente congregador de movimentos das mulheres em todos os países da América e do continente africano.

Agaciel Maia foi homenageado por ter trabalhado, há 21 anos, na criação do símbolo da bandeira que representa o fórum. Paulo Paim fez uma palestra sobre o Estatuto da Igualdade Racial, elaborado em 2006.

O evento também tem o apoio do governo do Distrito Federal, do Conselho de Defesa dos Direitos do Negro e do Fórum de Mulheres do Mercosul.

CCJ aprova instalação de salas de aula para presos

O projeto do presidente da Comissão de Educação (CE), Cristovam Buarque (PDT-DF), que determina a instalação de salas de aula em presídios para oferta de cursos de ensino básico e profissionalizante aos detentos foi aprovado por unanimidade pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A decisão tem caráter terminativo.

Segundo o autor da proposta (PLS 217/06), o direito constitucional de acesso à educação aplica-se igualmente a jovens e adultos mantidos nas instituições prisionais, sendo obrigação do Estado manter programas educativos nas penitenciárias. O senador destaca que, ao prever a instalação de salas de aula nas prisões, seu projeto visa suprir condição essencial para que seja viabilizada a realização dos cursos.

O relator, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), observou que o projeto “contribui para a humanização dos presídios e reduz o risco de reincidência dos egressos, que enfrentam dificuldade de reinserção na sociedade por falta de qualificação profissional”. Jefferson Péres (PDT-AM) e Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiaram a proposta.

PLENÁRIO

Cristovam: é preciso compromisso com país

Cristovam Buarque (PDT-DF) lamentou que as tragédias que vêm ocorrendo no país não chamem a atenção dos parlamentares, que “gastam toda a energia debatendo se a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, deve ou não deve vir ao Congresso”. Para o senador, os parlamentares precisam investir no debate ideológico e pensar no futuro do Brasil.

– Fica aqui a minha mistura de angústia e diversão ao ler os jornais e ver, tristemente, que estamos presos numa armadilha e, divertidamente, vendo que a armadilha prende a oposição e a situação, os dois prisioneiros dessa falta de compromisso, de visão com o longo prazo e com o conjunto do país – declarou.

Para Cristovam, o país precisaria discutir temas como matriz energética, epidemias de dengue e a questão do grande aumento do número de automóveis que vem



Parlamentar quer debater temas que possam mudar o rumo do Brasil

saturando ruas de todo o país.

– Em uma cidade, uma criança é jogada pela janela; na outra, uma criança é acorrentada; em outra, uma adolescente fica presa com bandidos; na outra, há crianças morrendo de dengue; e em outra há catorze milhões sem escola... E onde estão as crianças aqui no nosso debate? Não entram. Vamos supor que a oposição consiga trazer a ministra Dilma, mas, daqui a dez anos quem vai

falar nisso? Daqui a dez anos, o que fica disto? Nada – disse.

Na opinião do senador, a falta de debate deixou o país na armadilha do “ramerrame, do ciscar, da tapioca” e não “em algum fato formidável que possa mudar o rumo do Brasil”.

– Dá a impressão de que estamos uns contra os outros e nenhum saindo do lugar. Dessa forma, perdem a oposição, a situação, e o Brasil.

Mercadante defende pauta construtiva

O Congresso deve concentrar esforços em uma pauta construtiva, voltada ao aprimoramento da legislação tributária e de fomento ao desenvolvimento, defendeu Aloizio Mercadante (PT-SP). Isso, segundo o senador, ajudaria o país a atravessar de forma segura o atual período de turbulência internacional, provocado pela crise financeira e eventual recessão nos Estados Unidos.

Reconhecendo o papel fiscalizador do Congresso, ele adverte que a agenda política não pode se resumir a denúncias e obstruções. Citando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), lembrou que, nos últimos 60 anos, 2006 e 2007 foram os únicos anos a registrar taxa de crescimento da economia maior que a taxa de inflação.

– Estamos num crescimento econômico puxado pelo mercado interno e pelo mercado de consumo de massas. Há uma massa da ordem de 20 milhões de pessoas que estão deixando a situação de pobreza e passando a uma situação de classe média, de acesso ao mercado de consumo. As vendas de automóveis continuam batendo todos os recordes – disse.

Também lembrou que as vendas de eletrodomésticos cresceram 40% e que foram vendidos, em 2007, 10,4 milhões de computadores. Frisou ainda que o atual governo desonerou a cesta básica de alimentos, a cesta de material de construção e a compra e venda da casa própria, além de ter criado o crédito consignado.

– É este Brasil que espera uma agenda que seja exatamente a

agenda da sustentabilidade e do desenvolvimento. Eu não acredito que, à crise internacional, o Brasil possa estar totalmente imune. Mas, se hoje a mais grave crise financeira do pós-guerra não atinge o Brasil, é porque temos US\$ 195 bilhões em caixa, porque o crescimento da economia está pautado pelo consumo interno e pelo investimento. Os Estados Unidos são hoje apenas 15% de nossas exportações, quando eram, há cinco anos, 25% – observou, lembrando que o país ampliou negócios com a China, Índia, África e países da América Latina.

Mercadante tratou do assunto em entrevista ao **Jornal do Senado**, que pode ser lida na página www.senado.gov.br/jornal, edição de 31 de março de 2008.

Paim lembra 40 anos do assassinato de Luther King

A memória de Martin Luther King foi homenageada por Paulo Paim (PT-RS). O senador lembrou a vida e a obra “de um dos maiores ativistas pelos direitos humanos”, assassinado há 40 anos em Memphis, nos Estados Unidos. Para Paim, o exemplo do líder norte-americano permanece vivo nos dias atuais.

– Luther King trazia no coração o desejo de ver todos os seres humanos confraternizando de forma pacífica, respeitando direitos iguais para todos e para todas, vivendo em paz e empunhando a bandeira do amor ao próximo – destacou Paim.

O senador lembrou o “inesquecível” discurso *Eu tenho um sonho*, proferido em 1963,

no qual Luther King relata a permanência da segregação racial nos Estados Unidos, mesmo após cem anos da abolição da escravidão naquele país. Registrou ainda que o ativista foi o mais jovem ganhador do Prêmio Nobel da Paz, em 1964, com 35 anos. “Tenho certeza que o eco de suas palavras não se apagará jamais!”, disse.

Paulo Paim relatou ainda visita que fez às obras do Pólo Naval de Rio Grande (RS), acompanhando o presidente da República e comitiva de ministros.

O projeto, informou, prevê investimentos de US\$ 10 bilhões, gerando mais de 5 mil empregos diretos e indiretos para o Rio Grande do Sul.

José Nery destaca Fórum Social Mundial em Belém

A realização da oitava versão do Fórum Social Mundial (FSM), em janeiro de 2009, em Belém, foi destacada por José Nery (PSOL-PA). Segundo o senador, o evento deverá reunir cerca de 120 mil pessoas do Brasil e outros países, que declararão sua convicção de que “um outro mundo é possível”.

A escolha de Belém, segundo Nery, foi oportuna e um “alerta”, pois a cidade está na Amazônia, centro do debate sobre as consequências do aquecimento global. Nery anunciou que apresentou requerimento para a realização de sessão solene em homenagem ao FSM e para discutir a participação do Congresso no evento. Em apartes, Paulo Paim e Augusto Botelho (PT-RR) elogiaram o pronunciamento.



Lúcia Vânia: Ministério do Turismo fez acordo para inaugurar um escritório na China

Senadora ressalta importância de se atrair turista chinês

O Brasil “precisa cativar turistas estrangeiros de todas as partes do mundo”, afirmou Lúcia Vânia (PSDB-GO). Entre as oportunidades a serem exploradas, ela mencionou a estimativa de que 45 milhões de chineses devam viajar para outros países neste ano. Segundo Lúcia Vânia, que é presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), isso supera em nove vezes o total de turistas que o Brasil recebe anualmente. – Até 2020, haverá 100 milhões de chineses viajando para o exterior a cada ano – disse. A senadora lembrou que o Ministério do Turismo fechou um acordo com o governo da China para inaugurar um escritório naquele país. Destacou ainda o projeto que institui a Lei Geral de Turismo, apresentado pelo governo e que tramita na Câmara.

Mão Santa propõe um “gabinete da crise”

A criação do “gabinete da crise”, destinado a combater graves problemas como a epidemia da dengue que assola o estado do Rio de Janeiro e as enchentes que vêm ocorrendo no Nordeste, em especial no Piauí, foi proposta ao governo federal por Mão Santa (PMDB-PI).

– Vivemos o momento mais vergonhoso da saúde pública

brasileira – disse o senador, ao cobrar do governo federal saídas concretas para se combater a dengue. Se isso não acontecer, observou o senador, o mosquito “continuará ganhando a guerra”.

Mão Santa sugeriu que sejam usados no combate à dengue aviões agrícolas, que passariam a jogar nas cidades o veneno

contra o mosquito transmissor da doença, a exemplo do que já é feito no combate a males da agricultura. Essa operação, observou, seria apoiada por brigadas terrestres.

A sugestão, conforme registrou, foi encaminhada a ele pelo deputado Alberto Silva, ex-senador por dois mandatos e ex-governador do Piauí.



José Nery diz que escolha de uma cidade na Amazônia para sediar evento é um “alerta”

Mozarildo critica ação policial em reserva indígena de Roraima

A ação da Polícia Federal na reserva indígena Raposa Serra do Sol (RR) foi classificada como “truculenta” por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Para o senador, a PF, na ânsia de expulsar do local os moradores não-índios, como cerca de 340 produtores de arroz, “está causando um autêntico terror na região”.

Ao ler carta que endereçou ao presidente Lula, o senador defendeu uma saída pacífica para o conflito, com a devida decisão judicial na qual fosse garantida uma demarcação de terras “correta e dosada”.

Serys presta homenagem aos 289 anos de Cuiabá

O aniversário de Cuiabá foi homenageado por Serys Slhessarenko (PT-MT). A senadora disse que a cidade, que completará 289 anos nesta terça-feira, foi fundada pelo bandeirante Pascal Moreira Cabral e nasceu do garimpo. Ela afirmou que o PAC prevê investimento de quase R\$ 500 milhões em todo o Mato Grosso.

De acordo com Serys, as áreas mais carentes de Cuiabá e de Várzea Grande contarão com recursos de R\$ 238,6 milhões, que devem ser aplicados na ampliação da rede de esgotamento sanitário em Cuiabá.

Virgínio de Carvalho promete lutar pelo progresso do país

Em seu primeiro pronunciamento, o senador Virgínio de Carvalho (PSC-SE), suplente de Maria do Carmo Alves, prometeu “contribuir decisivamente com a luta do Senado para proporcionar mais ordem e progresso ao Brasil e aos brasileiros”. Segundo ele, se por vezes os senadores são incompreendidos, “isso é fruto do duro ofício de proteger a democracia”.

Em apartes, Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Mão Santa (PMDB-PI) elogiaram o trabalho parlamentar de Maria do Carmo Alves, licenciada para realizar uma cirurgia.

Voz do Leitor

DIREITOS AUTORAIS

“Um projeto de lei poderia preservar os direitos autorais dos escritores iniciantes. Muitos, como eu, são obrigados a receber o pagamento dos direitos autorais em livros.”

Adriano Henrique, de Caruaru (PE)

CPMF

“A votação da CPMF confirmou a imaturidade dos políticos: o Executivo não soube fazer acordos e o Legislativo não entendeu o momento do Brasil em relação ao mundo e ao povo brasileiro, que há anos não tinha perspectivas de uma vida melhor. A CPMF não deveria ter sido extinta dessa forma, e sim paulatinamente, para a economia ir absorvendo o processo. Acredito que o fim da contribuição foi um tiro no pé, em consequência da inabilidade, orgulho e interesses pessoais (governo e oposição). O povo brasileiro ficou como marisco, entre o rochedo e o mar, ou seja, penalizado. Nossa classe política tem que se espelhar no bom senso dos senadores Jefferson Péres, Pedro Simon, Cristovam Buarque e Eduardo Suplicy, que olham para o Brasil verdadeiramente. O povo espera de seus representantes mais razão e menos emoção.”

Elton Leão, de Manaus (AM)

MÚSICA NA ESCOLA

“Gostaria de parabenizar os parlamentares pelo PLS 330/06, que torna obrigatório o ensino da música na educação básica. A idéia pode dar uma ocupação artística às crianças e adolescentes e valorizar a arte no país.”

Jailson Moura da Silva, de Surubim (PE)

CARTÕES CORPORATIVOS

“Estou assistindo à reprise

da reunião da CPI dos Cartões Corporativos e lamento que a base governista esteja rejeitando os requerimentos apresentados pela oposição. A situação é ruim para o Brasil, mas quero destacar minha opinião favorável à atuação parlamentar dos senadores Flexa Ribeiro, Alvaro Dias e Marconi Perillo. Parabéns, também, a senadora Marisa Serrano, pela condução dos trabalhos. Aproveito para discordar da atuação do deputado Marcelo Mello.”

Sebastião Pereira de Oliveira, de Jaciara (GO)

DESCASO

“O Brasil está mudando, pois a economia cresceu, aumentaram as exportações, bem como o número de empregos e o movimento de dinheiro que circula na sociedade. Mas o Brasil que cresce economicamente é o mesmo que tem deficiências importantes e vitais para a sociedade, como um sistema de saúde precário, educação sem apoio do governo, professores sem reconhecimento e respeito pelo seu trabalho, corrupção e um governo que ignora as CPIs. A Justiça é lenta, os impostos altos e faltam investimentos. O Brasil de Lula é um Brasil sem base, que não ouve os brasileiros e que não se importa com a situação em que vive o povo deste país. Peço aos senadores que lutem pelos direitos de seu povo.”

Juber Marques Pacífico, de Cataguases (MG)

VOZ DO BRASIL

“Sugiro aos senadores que criem um programa semelhante à *Voz do Brasil* na televisão, que seria mais um meio de mostrar a transparência nas atividades dos Três Poderes.”

Claudir Portella, de União da Vitória (PR)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao senador

Eronildes de Oliveira Silva, de Arapiraca (AL)

“Por que tanta demora na implantação total do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, o Fundeb?”

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) responde:

Acredito que o governo escolheu um caminho confuso para implantar o Fundeb, e alguns pontos não estão bem definidos, como as atribuições a cargo dos municípios, estados e da União, e os salários dos professores. Para que o Fundeb dê certo, é necessário federalizar a educação básica. É preciso criar padrões mínimos para todas as escolas do país de salário e formação dos professores, edificação, equipamento e conteúdo. O governo não quer se comprometer com os professores e este é um dos grandes entraves na implantação do Fundeb. É fundamental a adoção de padrões mínimos de salário e de formação para os professores.



Agora é lei

Teatro e cinema para os municípios

Uma modificação na Lei Rouanet (Lei 8.313/1991) vai permitir o benefício da dedução do Imposto de Renda (IR) para empresários que construir salões de cinema e teatro em cidades com menos de 100 mil habitantes. Os locais também poderão funcionar como centros comunitários. A Lei 11.646/08, que foi sancionada no dia 10 de março pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tem como objetivo reverter o atual quadro de concentração de salas de exibição em grandes centros urbanos. O senador Aloizio Mercadante (PT-SP), autor do projeto, explicou que a consolidação da atividade industrial do cinema – o chamado tripé produção, distribuição e exibição – deve receber suporte específico. Segundo ele, a última etapa desse processo é deficiente, em especial no interior do país, pela falta de infra-estrutura necessária.

Os incentivos da nova lei serão concedidos somente a projetos culturais cuja exibição, utilização e circulação dos bens culturais deles resultantes sejam abertas, sem distinção, a qualquer pessoa, se gratuitas, e a público pagante, se cobrado ingresso. Fica vedada a concessão de incentivo a obras, produtos, eventos “destinados ou circunscritos a coleções particulares ou circuitos privados que estabeleçam limitações de acesso”.

Mercadante observou que a estrutura cultural é precária no interior do país: “Cerca de 73% dos municípios têm menos de 20 mil habitantes e não possuem cinema e teatro. Essa é uma forma de estimular a inclusão social por meio da cultura, especialmente da juventude, de promover o entretenimento, de valorizar a cultura local, o teatro, música, poesia, cinema e também ampliar nossa rede de exposição cinematográfica, o que é muito importante neste momento de recuperação do cinema brasileiro”. A Lei Rouanet prevê que o doador ou o patrocinador poderá deduzir, do imposto devido na declaração do IR, 80% do valor destinado ao projeto cultural, no caso de pessoas físicas. No caso de pessoa jurídica, a dedução é de 40% do valor referente a doações e de 30%, caso o apoio tenha sido dado na forma de patrocínio. O valor a ser abatido não pode ultrapassar 4% do valor total do imposto devido no caso das pessoas jurídicas e 6% no caso de pessoas físicas. Os projetos que podem ser patrocinados são aqueles aprovados pela Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (Cnic).

Frases

“O melhor que nós temos a fazer é esfriar a cabeça. Digo isso porque só um terço destas cadeiras aqui não será submetido à eleição em 2010; dois terços terão que enfrentar as urnas e o voto popular”

Ideli Salvatti, pedindo entendimento entre os senadores.

“Vou ler o requerimento na terça, doa a quem doer, custe o que custar. Se depender de mim, vai funcionar. Não estou aqui para segurar CPI”

Garibaldi Alves, sobre a criação de uma nova CPI, desta vez só do Senado.

“Não fui eu. Não sou réu. Não me questionem. Não empurrem para mim o que fizeram de mau”

Alvaro Dias, negando ter vazado para a revista *Veja* informações sigilosas de gastos com cartão de crédito.

“Mentira tem perna curta e ela [Dilma Rousseff] virou uma menor de idade a ser protegida por todos”

Arthur Virgílio, ao anunciar que irá convocar a ministra para depor na CPI dos Cartões.

“Se Jesus Cristo teve apenas três anos para realizar obra ampla, profunda e duradoura, não há por que conceder mais de quatro anos a um presidente da República para realizar sua plataforma eleitoral”

Eduardo Suplicy, que é contra a reeleição, mas favorável à volta de um presidente ao poder em eleição alternada.

“Que ele [Lula] me exclua dessa lista. Não acho que o Brasil ficaria ingovernável sem as medidas provisórias”

Jefferson Péres, sobre o presidente Lula ter dito que “todo parlamentar sabe que, sem a edição de MPs, é humanamente impossível governar o país”.

“Não podemos ficar tranqüilos (...), enquanto a gente não meter na cabeça das autoridades que elas são responsáveis por cada morte [pela dengue]”

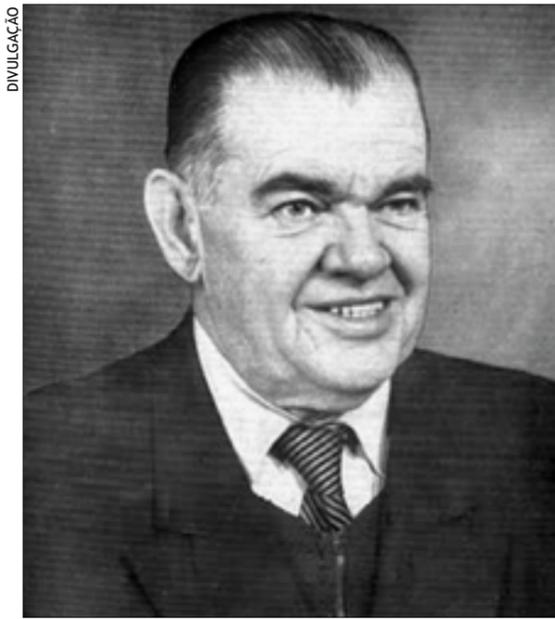
Gerson Camata, para quem o Senado deve “puxar a orelha” das autoridades pela epidemia de dengue.

Foto da Semana

O relator da CPI Mista dos Cartões Corporativos, deputado Luiz Sérgio, carrega uma das 72 caixas com documentos dos ministérios do Planejamento e da Previdência Social sobre prestação de contas de uso de dinheiro público. Segundo o parlamentar, com esse volume de material “cai por terra o argumento daqueles que afirmavam que não tinham o que fazer na CPI”



GERALDO MAGELA



TV Senado homenageia o produtor musical Cornélio Pires, no programa especial *Brasil Caboclo*

O melhor da música sertaneja

A TV Senado exibe nos dias 12 e 13 de abril – sábado, às 24h, e domingo, às 14h30 – o programa especial *Brasil Caboclo de Cornélio Pires*, com uma hora do melhor da música sertaneja tradicional. São depoimentos e muitas canções que fizeram a história das duplas sertanejas. O programa foi gravado ao vivo no teatro do Centro Cultural Banco do Brasil, em Brasília, e reúne cinco duplas e um grupo de catira.

Apresentado pelo compositor Passoca, o especial homenageia o pioneiro produtor musical Cornélio Pires (1884-1958).

Jornalista, escritor, poeta, cineasta, folclorista e apaixonado pela cultura rural, “Cornélio Pires era um visionário. Ele trouxe a música caipira para a cidade, para os meios de comunicação. Ele foi o responsável pela primeira gravação de música caipira no Brasil. Ele dizia que o disco era a música em conserva”, afirma Passoca.

As duplas caipiras Zé Mulato e Cassiano, Oliveira e Olivaldo, Jacó e Jacozito, Carreiro e Carreirinho e As Galvão são os protagonistas do programa, que conta ainda com a presença do grupo Os Favoritos da Catira.

Clássicos do jazz no ritmo caribenho

O *Conversa de Músico* de sábado, às 14h30, e domingo, às 19h45, na TV Senado, recebe o Trio Arquipélago, com Eládio Oduber no teclado, Vicente Péricles no contrabaixo e Ronaldo Lima na bateria. Eles interpretam clássicos do jazz caracterizados pela estética e pela atmosfera caribenha e brasileira.

A polirritmia e a latinização do ritmo são as principais características das releituras que o Trio Arquipélago tem realizado em um processo de modernização do repertório instrumental.

Compositores como Keith Jarrett, Paquito D’Rivera e Chick Corea se mesclam com Egberto Gismonti e Vinícius de Moraes em arranjos próprios do grupo.

Conexão Senado debate os crimes de pedofilia

Os crimes de pedofilia e o trabalho da CPI que investiga esse tipo de delito são o tema da entrevista especial do *Conexão Senado*, que a Rádio Senado transmite nesta segunda-feira, ao meio-dia, com a participação de senadores e especialistas.

Apesar da ampliação das ações de combate à pedofilia, as denúncias de crimes sexuais contra crianças e adolescentes continuam crescendo no Brasil. Entre 2006 e 2007, houve um aumento de 126% no número de denúncias. E em 2008, até 10 de março, a Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos

recebeu uma média de 510 alertas por dia, referentes a 10.493 páginas de pornografia infantil na internet. Para especialistas, o maior número de denúncias indica aumento da violência sexual contra menores. Mas, afirmam, a “popularização” da internet não explicaria o salto no número de casos comunicados à central.

Contra a impunidade, que estimula a criminalidade, o Senado instalou, em março, comissão parlamentar de inquérito para investigar a pedofilia e propor uma legislação mais eficiente no combate a esse tipo de crime.

O que mudou nas regras dos planos de saúde

Estão em vigor desde 2 de abril as novas regras para os planos de saúde estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). As mudanças ampliam o padrão mínimo de cobertura dos planos, incluindo novos procedimentos médicos e tecnologias. Entre esses novos serviços, estão a colocação de dispositivo intra-uterino (DIU) e cirurgia de vasectomia.

Para esclarecer as alterações, o programa *Fique por Dentro da Lei*, da Rádio Senado, entrevista Marta Oliveira, da ANS, nesta terça-feira, a partir das 8h30. Ela também vai explicar quais as atribuições da agência e como o órgão fiscaliza as operadoras de planos de saúde.

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

6h - Matinas
7h55 - Cidadania Dia-a-dia
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

7h - Crônicas Musicais
7h10 - Música e Informação
8h - Senado Notícias
8h30 - Plenário em Destaque
19h - Voz do Brasil
19h30 - Jornal do Senado
20h - Música e Informação
21h - Crônicas Musicais (reprise)
21h10 - Música e Informação
22h - Senado Notícias
24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

9h - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

7h - Música e Informação
9h30 - Música e Informação
21h - 180 Anos do Senado
22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

9h - Senado Resumo
10h - Senado Notícias (reprise)
11h - Senado Resumo (reprise)
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
13h40 - Senado Notícias
14h - Música e Informação
18h - Senado Resumo
20h - Reportagem Especial
23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira
9h - Prosa e Verso
10h - Especial (reprise)
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo (reprise)
13h40 - Música e Informação
15h - Autores e Livros
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo (reprise)
20h - Escala Brasileira

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
11h - Música do Brasil
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso
17h - Reportagem Especial (reprise)
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas
ONDAS CURTAS
Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG
INTERNET
No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player
ANTENA PARABÓLICA
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Leituras
1h30 - Conversa de músico
2h - Especiais
3h - Inclusão/Diplomacia
4h - Cidadania Debate
5h - Cidadania Entrevista
5h30 - Parlamento Brasil
6h - Cidadania Debate
7h - Leituras
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Diplomacia/Inclusão
9h - Parlamento Brasil
9h30 - Alô Senado
10h - Especial/Comissões
12h - Cidadania Entrevista
12h30 - Direto do Cafezinho
13h - Cidadania Debate
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Senado Agora
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

TERÇA A QUINTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania
5h30 - Alô Senado ou Leituras
6h - Cidadania Debate
7h - Direto do Cafezinho
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Direto do Cafezinho
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
8h30 - Direto do Cafezinho
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
9h - Direto do Cafezinho
9h30 - Comissões (ao vivo)
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Senado Agora
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

SEXTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania
5h30 - Parlamento Brasil
6h - Cidadania Debate
7h - Direto do Cafezinho
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Direto do Cafezinho
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
8h30 - Direto do Cafezinho
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Comissões (inéditas ou reapresentação)
18h45 - Direto do Cafezinho
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado Federal
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões (inéditas)

SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - Ecosenado - Poluição do ar em São Paulo
4h30 - De coração
- Exercícios físicos nas doenças cardíacas
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - Ecosenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? Orquestra Cega - Egito
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia
12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Ecosenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Músico
15h30 - Mesa Brasileira Gaúchos e Colonos
16h30 - Especial - Cartas ao País dos sonhos
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - Ecosenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural - Ópera Poranduba

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - Ecosenado (reprise)
2h30 - Diplomacia -
3h30 - Cidadania Entrevista
-
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - Ecosenado (reprise)
11h30 - Especial
12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

Como sintonizar

TV A CABO: NET, TVA e Video Cabo
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Teccat (17)
UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife (55), Manaus (57) e São Paulo (64).

ANTENA PARABÓLICA
Sistema analógico:
Satélite - B1
Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal
Frequência - 4.130 MHz
Sistema digital:
Satélite - B1
Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz
Antena - 3,6 m
PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB
Symbol Rate - 3,2143Ms/s
FEC - ¾

SENADO

Estudos avançados são prioridade do ILB para 2008

Com uma rede de 80 parceiros no Brasil e no exterior, o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) tem como principal meta para este ano intensificar os programas de extensão e de estudos avançados, com a participação de especialistas renomados nos vários campos do saber. A proposta é debater temas estratégicos que subsidiem o trabalho parlamentar nas discussões e votações de projetos de interesse nacional.

O fortalecimento dessa linha de atuação foi anunciado pela diretora-executiva do ILB, Denise Zoghbi, na abertura do ano letivo 2008.

Como parte desse planejamento, Denise anunciou como primeira iniciativa a realização de uma série de debates de alto nível sobre a Constituição brasileira, que este ano completa 20 anos de promulgação, com a participação de autoridades, consultores e renomados especialistas nacionais e internacionais.

Entre os eventos programados destacam-se o Simpósio Brasileiro de Estudos Constitucionais e o Seminário Internacional sobre Estudos Legislativos em Perspectiva Comparada, além do novo curso avançado de Análise da Constitucionalidade.

De acordo com a diretora-executiva, o ILB já é referência na-

cional como centro de educação do Legislativo e há muito tempo extrapolou sua atuação inicial de capacitação dos servidores do Senado.

Atualmente, servidores de todos os legislativos do país e dos Poderes Judiciário e Executivo são beneficiados com os cursos presenciais e de ensino a distância oferecidos pela instituição.

Após consolidar esse trabalho de educação, busca-se agora realizar investimentos na produção de estudos avançados, que é originalmente uma atribuição do instituto para subsidiar os trabalhos parlamentares e contribuir para o desenvolvimento do país, explica Denise Zoghbi.

Em 2007, o ILB aprimorou e expandiu os programas de educação nas modalidades presencial e de ensino a distância, o que foi plenamente alcançado, na avaliação da diretora.

Somente no ano passado, o órgão capacitou 12 mil alunos, elevando para mais de 30 mil o total alcançado desde 1997. A expectativa é que em 2008 a instituição ultrapasse a marca de 40 mil alunos formados em todo o país. Mais de 5 mil candidatas procuraram as 1.100 vagas disponíveis para os cinco novos cursos de ensino a distância introduzidos este ano.

Servidores dos três Poderes são beneficiados com os cursos

Após consolidar esse trabalho de educação, busca-se agora realizar investimentos na produção de estudos avançados, que é originalmente uma atribuição do instituto para subsidiar os trabalhos parlamentares e contribuir para o desenvolvimento do país, explica Denise Zoghbi.

Em 2007, o ILB aprimorou e expandiu os programas de educação nas modalidades presencial e de ensino a distância, o que foi plenamente alcançado, na avaliação da diretora.

Somente no ano passado, o órgão capacitou 12 mil alunos, elevando para mais de 30 mil o total alcançado desde 1997. A expectativa é que em 2008 a instituição ultrapasse a marca de 40 mil alunos formados em todo o país. Mais de 5 mil candidatas procuraram as 1.100 vagas disponíveis para os cinco novos cursos de ensino a distância introduzidos este ano.

Aumenta a credibilidade do Poder Legislativo

O "pequeno mas significativo" aumento da credibilidade do Congresso junto à população foi destacado por Garibaldi Alves. A redução de 45% para 39% no índice de rejeição ao Legislativo, de novembro de 2007 a março deste ano, foi apurada pelo Instituto Datafolha.

- A pesquisa sinaliza que é

preciso continuar lutando para melhorar a imagem da Casa.

Para o presidente do Senado, esse índice tende a cair mais "se conseguirmos votar os vetos atuais e passados; modificar o rito das medidas provisórias para que elas deixem de trancar a pauta; e melhorar a tramitação do Orçamento".

Presidência

Garibaldi recebe Família Franciscana

O presidente Garibaldi Alves recebeu quinta-feira em seu gabinete membros da Família Franciscana do Brasil, que foram acompanhados por Pedro Simon (PMDB-RS), que é da ordem. Garibaldi também recebeu o ministro do Superior Tribunal de Justiça Humberto Gomes de Barros, que assume a presidência da instituição.



FOTOS: JANE ARAÚJO

Atrás, Arlindo Chinaglia, Garibaldi Alves e o vice-presidente José Alencar assistem à comemoração da Justiça Militar

Magela pede votação de projeto

O deputado Geraldo Magela (PT-DF) pediu a Garibaldi Alves a Garibaldi Alves na votação de projeto que apresentou (PLC 18/02) para autorizar a compra de lote residencial de até 250 m² com recursos do Fundo de Garantia.

Sete senadores recebem homenagem militar

Em solenidade de comemoração do bicentenário da Justiça Militar, no Quartel-General do Exército, sete senadores foram homenageados com a Comenda do Mérito da Justiça Militar: Tião Viana (PT-AC), Adelmir Santana (DEM-DF), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Gerson Camata (PMDB-ES), Eduardo Suplicy (PT-SP), Raimundo Colombo (DEM-SC) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

Garibaldi Alves e Arlindo Chinaglia, que receberão comendas

semelhantes nos próximos dias, assistiram à solenidade ao lado do vice-presidente da República, José Alencar.

O Conselho Supremo Militar e de Justiça foi criado pelo príncipe regente dom João em 1808, na cidade do Rio de Janeiro. A partir da Constituição de 1891, passou a ter a denominação de Supremo Tribunal Militar. Desde a Constituição de 1946 é denominado Superior Tribunal Militar.



Danilo Türk (E) afirma que em seu país, onde o governo é parlamentarista, sempre é preciso fazer coalizão no Parlamento

Presidentes da Eslovênia e do Senado falam sobre MPs

Ao receber, na última quarta-feira, com senadores da Comissão de Relações Exteriores (CRE), o presidente da Eslovênia, Danilo Türk, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, indagou se aquele país dispõe de algum instrumento que faça prevalecer sobre o Parlamento a vontade do Executivo em situações de urgência e relevância, como as medidas provisórias.

Danilo Türk respondeu que, em caso de urgência, tem que ir ao Parlamento em busca de apoio para uma medida assim,

até porque não tem como passar por cima dessa instituição.

- Primeiro, enfatizo que nosso governo é parlamentarista e baseado na coalizão. Sempre vai ser necessária uma coalizão dentro do Parlamento. O problema é quando há necessidade de se aprovar um projeto que exige maioria. Essa tem que ser conseguida. Como presidente, não tenho poder para passar por cima do Parlamento - disse Türk, informando ainda que em seu país existe um tribunal constitucional.

Acordo em favor de pensionistas e aposentados

Acordo firmado na última quarta-feira pelo presidente do Senado, parlamentares ligados aos aposentados e pensionistas, representantes do setor e líderes da oposição poderá viabilizar a votação nos próximos dias de projetos de interesse de aposentados e pensionistas, cuja apreciação é reivindicada há anos no Congresso Nacional. Segundo Paulo Paim (PT-RS), isso acontecerá assim que a pauta for destravada.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) apresentou ao presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, projeto de lei elaborado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) que cria incentivos ao setor teatral. A proposição, elaborada a partir de sugestões de atores e produtores teatrais, começa a tramitar esta semana.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino de Flexa Ribeiro
Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves
Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Valter Gonçalves Júnior.
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaina Araújo, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e

Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sergio Luiz Gomes da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim

Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br/jornal

E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Exigências para as empresas funcionarem

São consideradas atividades de segurança privada:

- ✓ vigilância patrimonial – restrita aos limites da casa/empresa que contratou o serviço, visa proteger as pessoas e o patrimônio do local;
- ✓ escolta armada – visa proteger o transporte de carga ou de valores;
- ✓ transporte de valores;
- ✓ segurança pessoal; e
- ✓ formação e treinamento.

Apenas empresas autorizadas pela Polícia Federal podem fazer segurança privada (autônomas ou cooperativas não são permitidos). Entre outros requisitos, é exigido:

- ✓ que proprietários e dirigentes sejam brasileiros e não estejam envolvidos em inquéritos policiais ou tenham sido condenados criminalmente;
- ✓ que a empresa possua contrato social específico e não realize outras atividades;
- ✓ a contratação do número mínimo de vigilantes habilitados exigido para cada tipo de atividade, e de seguro de vida para todos;
- ✓ que a empresa tenha veículos e instalações adequados, incluindo local seguro para armas e munições;
- ✓ que a empresa também tenha, para ela própria, serviço de vigilância patrimonial ou equipamentos de segurança que funcionem ininterruptamente;
- ✓ que a empresa mantenha livros de registro e controle de armas e de munições;
- ✓ no caso de escolta armada e segurança pessoal, que a empresa tenha sido autorizada há pelo menos um ano para fazer vigilância patrimonial ou transporte de valores.

Em caso de prestação de serviço de segurança não autorizado, além do encerramento da empresa, seus sócios, diretores e clientes estão sujeitos a processo criminal.

Já as empresas de segurança eletrônica, que instalam e/ou monitoram sistemas de alarme, não são regulamentadas ou fiscalizadas pela Polícia Federal.

Segurança privada, mas não clandestina

O medo da violência fez o número de empresas de vigilância no Brasil crescer em 56% entre 2000 e 2004. Preocupação maior, no entanto, são os clandestinos, que, despreparados e muitas vezes até mal-intencionados, superam em número os vigilantes legalizados. Veja nesta edição como saber se uma empresa é legal e a quem denunciar clandestinos.

DANILO VERPA/FOLHA IMAGEM



Sindicato de empresas de São Paulo: número de informais é muito maior

Profissional tem que ser habilitado

O candidato a vigilante deve ser brasileiro, maior de 21 anos, ter concluído a 4ª série do ensino fundamental e:

- ✓ ter sido aprovado em curso de formação que esteja dentro do prazo de validade (esses cursos têm validade de dois anos e duração de 120 horas, e só podem ser ministrados por empresa autorizada);
- ✓ ter sido aprovado em exames de saúde e de aptidão psicológica;
- ✓ não ter condenação criminal ou registros de indiciamento em inquérito policial ou que esteja sendo processado criminalmente;
- ✓ estar em dia com as obrigações eleitorais e militares;
- ✓ possuir CPF e carteira de trabalho.

A cada dois anos o vigilante precisa fazer curso de reciclagem e novos exames de saúde, pagos pela empresa. O exame psicológico deve ser aplicado por profissionais previamente cadastrados pela Polícia Federal, que registra os vigilantes aptos a exercer a profissão e emite a Carteira Nacional de Vigilante, de uso obrigatório. As empresas ainda fornecem todo o equipamento exigido para o exercício da atividade, incluído o uniforme. Policiais são proibidos de fazer segurança privada e de serem proprietários de empresa de segurança.

Quem contrata clandestino aumenta os próprios riscos

A promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal, Ruth Kicis Torrents Pereira, alerta: vigilância clandestina pode significar, em vez de mais segurança, um aumento significativo dos riscos para quem contrata e para os vizinhos. “Trata-se de colocar para vigiar nosso patrimônio e nossa família uma pessoa que porta arma ilegalmente, da qual não sabemos os antecedentes ou se tem a formação adequada e que já está cometendo um ato ilegal ao prestar o serviço. Que confiança podemos ter nessa pessoa?”

Estudo da socióloga e advogada Carolina de Mattos Ricardo cita alguns números: há 1,3 milhão de vigilantes cadastrados, mas somente 333 mil atuam legalmente. Ela estima que grande parte dos que não estão nas empresas trabalham como clandestinos. Também o porte de armas preocupa: para os 333 mil vigilantes existem apenas 16 mil armas cadastradas. Os dados contabilizaram ainda, entre janeiro de 2001 e setembro de 2003, 7.377 ocorrências criminais envolvendo seguranças privados na cidade de São Paulo: 26% foram de ameaça, 20% de lesão corporal dolosa, e 10% de porte ilegal de arma.

Abusos e serviços ilegais devem ser denunciados

Adelar Anderle, delegado da Polícia Federal responsável pelas normas e fiscalização de segurança privada no país, orienta: “para denunciar serviço de segurança ilegal, procure a Superintendência da Polícia Federal e o sindicato de vigilantes do seu estado”.

No entanto, quem se sentir vítima de abuso tem o direito de:

- ✓ registrar queixa na delegacia mais próxima do local do incidente – tanto o vigilante quanto quem o contratou responderão a processo criminal por constrangimento ilegal ou outro crime que houverem

cometido (agressão, assédio etc.);

- ✓ procurar um advogado ou a defensoria pública e entrar com processo pedindo indenização pelos danos sofridos.

No caso de policiais, o melhor é procurar o Ministério Público e fazer a denúncia, ou a corregedoria de polícia competente.

Vigilante só pode atuar em legítima defesa

O vigilante atua em nome de um particular e tem direitos e deveres iguais aos de qualquer cidadão. E só pode usar a força em legítima defesa sua, daquele que o contratou, de outra pessoa ou do patrimônio que deve vigiar. Ele não pode:

- fazer ronda na rua (em áreas públicas, apenas os policiais podem atuar);
- abordar pessoa ou atuar fora do ambiente para o qual foi contratado;
- interrogar ou revistar (a revista é permitida no caso de ser condição para entrar no local vigiado – como boate, show etc.);

- agredir ou imobilizar;
- reter documento.

Caso o vigilante trabalhe em uma loja, por exemplo, e perceba que alguém está tentando levar produto sem pagar, ele pode pedir que essa pessoa o acompanhe a local reservado e devolva o que pegou. Mas se ela recusar-se, o vigilante só pode fazer duas coisas: chamar a polícia e trancar as portas, impedindo que a pessoa fuja até que a polícia chegue.

Esse, aliás, é um direito e um dever de todo cidadão. Ao presenciar um crime (roubo ou atropelamento, por exemplo)

em que o autor tenta fugir, sempre que possível se deve reter o criminoso até a chegada da polícia, sem, é claro, agredir de qualquer forma.

Saiba mais

Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Federal
www.dpf.gov.br/unidades (página com o endereço de todas as unidades da Polícia Federal).

Estatuto Nacional de Segurança Privada
Está tramitando na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 2.198/07, que revoga as

leis 7.102/1983, 8.863/1994 e 9.017/1995 e define um marco regulatório para o setor. Entre outras mudanças, o projeto estabelece pena de detenção de seis meses a dois anos, além do pagamento de multa de cinco a 50 salários mínimos para os contratantes dos serviços irregulares. A proposta prevê também mais rigor na fiscalização.